

O caso Werner Kemper: psicanalista, seguidor do nazismo, nazista, homem da Gestapo, militante marxista?!*

Hans Füchtner

O psicanalista alemão Werner Kemper, analista-didata e fundador da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro é por vários motivos uma figura controversa na História da Psicanálise no Brasil. Isto tem a ver sobretudo com o seu passado na Alemanha Nazista. Neste ensaio são discutidas as numerosas acusações e suspeitas relacionadas a esse contexto, difundidas em diversas publicações no Brasil e na França. O autor analisa a qualidade científica das mesmas e com base em numerosos documentos pesquisados em arquivos na Alemanha e algumas novas publicações, conclui que só uma pequena parte da crítica contra Kemper seria justificada. E que seria necessário esclarecer por que o psicanalista Kemper se transformou num “caso” na psicanálise. Ele vê na tendência muito difundida entre psicanalistas de se psicologizar os procedimentos de instituições e da sociedade, denominada, por Robert Castel, de “Psicanalismo”, uma razão importante.

Palavras-chave: Werner Kemper, Alemanha Nazista, História da psicanálise no Brasil

Werner Kemper was the first training psychoanalyst and founder of the Psychoanalytical Society of Rio de Janeiro. His role is highly contested for several reasons, especially in regard to the time he spent living in Nazi Germany. This essay will discuss the many accusations and suspicions that were brought

* Tradução de Jehovanira Chrysóstomo de Sousa.

forward against Kemper in several Brazilian and French publications. The critical reevaluation of these accusations is based on numerous documents and several more recent publications. The author concludes that only a small portion of the criticism directed against Kemper is justified. Therefore, it would be necessary to illuminate the reasons why Kemper became a controversial "case". According to the author, one of the most important reasons is the widespread tendency within psychoanalysis to explain institutional and societal facts from a psychological standpoint. Robert Castel has termed this tendency "psychoanalysm".

Key words: Werner Kamper, Nazi Germany, Brazilian psychoanalysis history

“Ah, a análise que vocês têm no Rio de Janeiro foi feita por um homem da Gestapo”. Com esta observação, o Presidente da “Associação Psicanalítica Internacional” (IPA), Robert Wallerstein, irritou bastante sua interlocutora, a psicanalista Inaura Carneiro Leão, numa conversa à parte por ocasião do 36º Congresso Internacional da IPA, em 1989, em Roma.

Quando ela conta, nota-se que a sua indignação perdura até hoje, depois de anos.

A caracterização de Wallerstein é alusiva ao psicanalista Werner Kemper que, em 1948, por intermediação de Ernest Jones, seguiu de Berlim para o Rio de Janeiro com a incumbência de fundar juntamente com um outro psicanalista uma sociedade psicanalítica. Inaura pertence ao grupo de seus primeiros dez analisandos e analisandas e é membro-fundadora da “Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro” (SPRJ). Apesar de ter se desligado mais tarde da SPRJ em divergência com Kemper e ser filiada desde muitos anos a uma segunda sociedade ligada à IPA – “Sociedade Brasileira

de Psicanálise do Rio de Janeiro” (SBPRJ) – até hoje ela não tem nenhuma dúvida sobre a integridade pessoal de Kemper. Correspondentemente, ela também não tem nenhuma dúvida de que Kemper não cometeu nada de culpável nos anos em que viveu na Alemanha Nazista e trabalhou no chamado “Instituto Göring” (“Instituto Alemão de Pesquisa Psicológica e Psicoterapia”). Hoje em dia, esta opinião parece ser compartilhada apenas por uns poucos psicanalistas no Rio. Sempre que se trata do assunto Kemper e de sua importância para a História da Psicanálise no Rio, alega-se logo que no Brasil não se sabia o que ele fez durante o nazismo na Alemanha. Uma vez que o próprio Kemper nunca falou sobre esse tempo, conclui-se, por suposto, que ele tinha algo a esconder.

Para esta avaliação de Kemper, contribuiu fundamentalmente um livro que trata de um capítulo particularmente triste da história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro. Nele, a autora, Helena Besserman Vianna, psicanalista da SPRJ, relata acontecimentos ocorridos

nos piores anos da ditadura militar na década de 70, nos quais ela teve um papel importante e louvável.

Após a publicação no jornal clandestino “Voz Operária”, em agosto de 1973, de que o tenente, médico e psicanalista Amílcar Lobo Moreira da Silva participava na prática de tortura, Besserman Vianna envia um exemplar do mesmo à psicanalista Marie Langer em Buenos Aires. Anota a mão, no próprio exemplar, que se trata de um “candidato” da SPRJ, em formação com o analista didata Leão Cabernite e acrescenta o endereço do mesmo. Marie Langer envia imediatamente o artigo ao então Presidente da IPA, Serge Lebovici, e a outras figuras importantes do movimento psicanalítico. Além disso, relata a ocorrência em novembro do mesmo ano no livro *Questionamos 2*, editado por ela.

Como Besserman Vianna descreve pormenorizadamente no seu livro e comprova através de numerosos documentos, o desmascaramento de Lobo como torturador não causou nem a ruptura de sua análise e nem a sua exclusão da SPRJ. Em vez disso, ele foi acobertado e inclusive ambas as sociedades psicanalíticas empreenderam grandes esforços no sentido de apurar a denunciante e pressioná-la. Uma reação não somente prejudicial em termos profissionais à concernedida, mas também perigosa à sua vida, e na qual também tiveram parte os responsáveis da IPA.

Como isto pôde acontecer, Besserman Vianna explica com a tese que Werner Kemper, ao chegar ao Rio após a II Guerra, trazia em si a marca do regime

nazista alemão no qual sobrevivera e “... com as características de ‘homem único no poder’, como Hitler...”, teria marcado como um “Führer autoritário” a psicanálise no Rio. E como Kemper nunca teria falado sobre o seu papel na Alemanha Nazista, o não-dito teria sido inconscientemente passado adiante aos seus analisandos e destes sucessivamente aos seus analisandos. Nesta terceira geração, a culpa teria então resurgido em forma de ação e se revelado no escândalo da tortura.

Besserman Vianna não afirma literalmente em nenhuma passagem no seu livro que Kemper era nazista. Para ela, é decisivo que Kemper se teria comprometido com o regime como membro do “Instituto Göring” e assim servido fielmente aos ideais nazistas, pelos quais o Instituto se orientava. Por isso, na sua opinião, Kemper teria sido nessa época impregnado pelo nazismo. A versão francesa do seu livro afirma que “... Werner Kemper trabalhava na Sociedade Psicanalítica de Berlim durante os anos de guerra sob compromisso e comprometimento com o regime nazista” e vai mais além, que a sua “cultura” era “sedimentada nas concepções da ideologia hitlerista, que tinha como inimigos fundamentais marxistas e judeus” (Vianna, 1997a: 197). Sob esse ponto de vista, ele é para ela não somente um seguidor do regime, mas também nazista. Evidentemente seu livro, entretanto traduzido em várias línguas, foi interpretado igualmente à sua maneira. Particularmente na França.

O *Dicionário de psicanálise*, editado em

1997 por Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, inclui vários artigos, entre os quais um de três páginas sobre Kemper, que o caracteriza de forma ainda mais problemática. Os autores dessa avaliação se apóiam nitidamente em Besserman Vianna. O que, em vista da pretensão científica do dicionário, é um problema, considerando que o livro de Besserman Vianna apresenta o seu ponto de vista de forma totalmente subjetiva e não científica.

Como se nota a seguir, os autores não dão importância nessa questão à devida exatidão científica. Eles assumem não somente afirmações não conferidas de Besserman Vianna, mas também se orientam na mesma direção dela com afirmações para as quais não apresentam provas.

O dicionário teve por várias razões muita repercussão no Brasil. Foi traduzido logo em português e publicado numa edição brasileira aumentada (Roudinesco; Plon, 1997/1998). Dessa forma, esta publicação com certeza deve ter contribuído para que as afirmações sobre Kemper, que hoje em dia se ouve no Brasil, lembrem o resultado de uma corrente de informação como no jogo infantil do “telefone sem fio”. Ao fim, ele não foi somente “denunciante”, “nazista”, “homem da Gestapo”, mas também “Presidente da DPG”, “chefe do ‘Instituto Göring’” e outras coisas mais.

DADOS DA CARREIRA PROFISSIONAL DE KEMPER

Antes de enumerar as acusações contra Kemper e a consistência das

mesmas, resumimos os seus mais importantes dados biográficos que têm importância para o que se segue.

Werner Walter Kemper nasceu a 6.8.1899 em Hilgen, uma cidadezinha na Westfália. Segundo filho (do total de sete) do Pastor da paróquia e sua esposa. Foi na juventude “Wandervogel” (um movimento de jovens excursionistas alemães) e membro do “Freideutschen Jugendbewegung” (Movimento da Juventude Alemã Livre). Fez vestibular em regime de urgência, em 1917, e foi logo convocado como soldado para a I Guerra Mundial na Frente de Combate do Ocidente. Depois de dispensado (1919), iniciou estudos de medicina e especializou-se em cirurgia ginecológica. Desde cedo mostrou interesse por fenômenos psicossomáticos e hipnose e em suas atividades como médico serviu-se de experiências realizadas nessa área. Em 1928, iniciou em Berlim a sua formação de psicanalista num curso noturno no “Instituto de Psicanálise de Berlim”. Nesse tempo era “médico-chefe de um conceituado sanatório particular” (Kemper, 1973b: 265). Foi aprovado como candidato à formação de psicanalista, após as primeiras entrevistas com Eitingon e Simmel em 1927. Fez sua análise didata de 1928 a 1932 com Müller-Braunschweig num total de 950 horas. Iniciou sua formação teórica em 1929, tendo tido como supervisores Otto Fenichel (1929-1931, 150 horas); Wilhelm Reich (1930-1932, 110 horas); Ernst Simmel (1931-1932, 30 horas) e Felix Boehm (1931-1932, 25 horas).

Em 1931 tornou-se membro associado

e em 1932 membro efetivo da DPG. Kemper foi nomeado nesse mesmo tempo (novembro de 1933), por assembléia geral, para o cargo de tesoureiro da DPG, juntamente com Alexander Mette. Em 1934, foi admitido como docente no “Instituto de Psicanálise de Berlim”. Nesse mesmo ano, casa com Anna Katrin van Wickeren.

A partir de 1936 torna-se analista didata. É reeleito tesoureiro e nomeado terceiro diretor da DPG (diretor-presidente, Boehm; vice-presidente, Müller-Braunschweig).

Após a fundação em 1936 do “Instituto Alemão de Pesquisa Psicológica e Psicoterapia” (Deutsches Institut für Psychologische Forschung und Psychotherapie), o chamado “Instituto Göring”, Kemper continua ainda sua atividade de docente na DPG. Após a sua dissolução em 1939, ele continua a ensinar no “Instituto Göring” no “Grupo de trabalho A”, que sucedeu a DPG no Instituto, e, além disso, trabalha em seu próprio consultório. A partir de 1941, ele passa a trabalhar também na Policlínica do Instituto. Primeiro como colaborador e a partir de 1942 como funcionário fixo. (Brecht et alii, 1985; Friedrich, 1987). Em 1943, ele passa a dirigir a Policlínica, como sucessor de John Rittmeister, preso por resistência ao nazismo em setembro de 1942 e executado em maio de 1943.

Após o fim da II Guerra, Kemper tenta continuar em Berlim, através da criação de novas instituições, a colaboração entre psicoterapeutas de várias orientações, a que tinham sido forçados pelo

regime nazista. Ele participa, por outro lado, na fundação da nova DPG e é nomeado como seu terceiro diretor (Lockot, 1994; Wunderlich, 1991).

Kemper foi o único psicanalista de Berlim a participar na “International Conference on Mental Health”, em Londres, em agosto de 1948. Nessa época o bloqueio de Berlim pela União Soviética (de junho de 1948 até maio de 1949) impossibilitava viagens para dentro ou fora da cidade e por isso pode-se deduzir que ele deva ter tido a proteção de uma autoridade ocidental para poder viajar. Foi a grande oportunidade para Kemper de falar pessoalmente com Ernest Jones sobre a possibilidade de trabalhar no Rio de Janeiro como analista didata. Em vista do bloqueio de Berlim, o seu interesse tornara-se maior ainda. Ele temia uma guerra contra os russos, por causa de informações que recebera de um paciente “filho de um oficial americano do alto escalão”.

Finalmente, em dezembro de 1948, Kemper pôde deixar Berlim de avião rumo ao Rio de Janeiro, acompanhado de sua mulher, seus três filhos, a babá, e 10 kg. de bagagem por pessoa (Kemper, 1973b).

Ele viveu no Rio de Janeiro de dezembro de 1948 até a primavera de 1967.

Retornou sozinho a Berlim por motivos de saúde, pessoais e profissionais. E morreu em Berlim em 27.9.1976.

ACUSAÇÕES E SUSPEITAS USUAIS CONTRA KEMPER

No *Dicionário de psicanálise* de Roudinesco e Plon estão enumeradas as

acusações mais usuais contra Kemper. Acrescentaremos mais algumas, que parecem dignas de menção:

- Kemper deve sua carreira “... à política de salvamento da psicanálise, defendida por Ernest Jones...”. Sob outras condições, isto é, principalmente se os psicanalistas judeus não tivessem sido excluídos do Instituto, Kemper teria permanecido um “funcionário obscuro” (R.P.).

- Kemper teria se declarado “favorável às teses nazistas, por ocasião de tomadas de posição do tipo eugenista e quanto a problemas de saúde pública”.

- Kemper teria sido anti-semita.

- Kemper teria participado, como diretor do “Instituto Göring”, da elaboração das diretrizes da Wehrmacht (Forças Armadas da Alemanha Nazista) em relação às neuroses de guerra. “Foi assim um funcionário zeloso da política de seleção inaugurada pela Alemanha Nazista, que consistia em enviar para a morte, em batalhões disciplinares, as pessoas que apresentassem anomalias psíquicas. Entre estas, estavam a angústia, a astenia e a hipocondria” (R.P.).

- Kemper “teria sido membro do Partido Comunista Alemão”, no mesmo tempo que proclamou a “sua adesão ao Nazismo” (R.P.).

- Kemper teria virado “militante marxista” após a capitulação da Alemanha (R.P.).

- Kemper nunca falou no Brasil sobre o seu passado na Alemanha Nazista e principalmente sobre as suas atividades no “Instituto Göring”.

- Kemper “nunca explicou qual foi o seu papel na detenção, pela Gestapo, do mi-

litante comunista, John Rittmeister, que fora seu analisando” (R.P.)

- Kemper não pode ter sido um bom psicanalista, porque considerava o direito do paciente, de calar sobre certos assuntos, acima das regras fundamentais da psicanálise. Além disso, ele não conheceria um inconsciente dinâmico, somente um inconsciente descritivo.

As acusações acima são evidentemente de diferentes qualidades. Passo a considerar primeiramente as que são obviamente infundadas. Depois, esclarecerei as restantes.

MILITANTE MARXISTA

O boato – reproduzido em R.P. – de que Kemper teria sido durante o nazismo membro do Partido Comunista vem provavelmente do relatório de Rickman. O psicanalista inglês, John Rickman, foi enviado à Alemanha em outubro de 1946 por uma organização das Forças Aliadas, com a incumbência de contactar pessoas que haviam sido contrárias ao regime nazista e se dispunham a colaborar na reconstrução de uma Alemanha democrática. Ele deveria descobrir, através de entrevistas “com os membros dirigentes da Sociedade Psicanalítica Alemã”, se havia eventualmente entre eles pessoas apropriadas para futuros colaboradores ou pessoas, cujas opiniões e capacidades, denotavam a influência dos 12 anos do regime nazista. O parecer de Rickman sobre Kemper é, no total, positivo, comparado à maioria dos outros membros. Ele conclui o relatório inclusive com o comentário que, se Sodoma e Gomorra pudessem ter

sido salvas por contarem pelo menos um justo, no caso de Berlim teriam sido três: Käthe Dräger, Margarete Steinbach e Kemper. Rickman comenta que Kemper teria sido comunista, citado entre parênteses, numa alusão ao fato que ele conseguira influenciar favoravelmente a mulher do chefe do “Instituto Göring”, sua analisanda, no interesse do grupo de psicanalistas do Instituto.

Fora dessa observação de Rickman, não existe nada que prove que Kemper teria sido comunista durante o nazismo. Em compensação, passou despercebido a Rickman, que Käthe Dräger era comunista. Nesse contexto, o que é espantoso e até irritante em relação a Kemper, é que apesar dele ter sido ligado a alguns colegas e professores socialistas e comunistas – antes e depois de 1933 – é como se as idéias políticas dos mesmos não tivessem tido a menor significação para ele.

A afirmação de que Kemper teria sido comunista, se não antes da II Guerra, então depois, é considerada como um fato por R.P. O que fornecem como prova disso fala por si: “Depois da capitulação da Alemanha, Kemper se transformou em militante marxista e participou com Schultz-Hencke de uma reunião de psiquiatras na parte Leste de Berlim, ocupada pelas tropas soviéticas. Contribuiu assim para a reconstrução na República Democrática Alemã (DDR) de uma escola de psicoterapia de tipo pavloviano, visando liquidar o freudismo.

Depois de colaborar com o nazismo para a destruição da psicanálise por motivo de judeidade, contribuía com igual zelo

para a política stalinista de rejeição às teses freudianas, que iria estender-se a todos os países dominados pelo socialismo de inspiração soviética depois da partilha de Yalta”. Esta citação contém mais erros do que frases. Seus autores não se dão sequer ao trabalho de comprovar as suas afirmações.

Quanto ao papel de Kemper na Alemanha Nazista, refiro-me mais adiante.

Quanto ao encontro de psiquiatras em Berlim Oriental, R. P. só podem basear-se em dois acontecimentos: seja no “encontro profissional” de neurólogos e psiquiatras da Zona Soviética, realizado em novembro de 1946, no qual Kemper e Schultz-Hencke participaram e pronunciaram palestras. A contribuição científica de Kemper tinha como tema a relação entre psiquiatria e psicoterapia, assunto que o interessava particularmente e que nesse encontro era tema de discussão de mais duas palestras. Kemper avaliou isto como um sinal positivo (Höck, 1979: 9).

Seja que os autores se baseiam no “I Encontro Científico de Psiquiatras e Neurólogos” realizado no fim de maio de 1948 na Zona Soviética. Nesse encontro participaram mais de 350 psiquiatras e neurólogos da Alemanha inteira. No terceiro dia do programa, dedicado ao tema “Psicoterapia e Medicina Psicológica”, apresentaram contribuições, entre outros, Kemper, Schultz-Hencke, Schwidder, Kühnel e Mette. Nesse dia coube a Kemper a palavra final.

A participação de Kemper nesses acontecimentos não denota nenhum engaja-

mento comunista em si e muito menos um pretensão engajamento de sua parte no desenvolvimento de uma psicoterapia de tipo pavloviano na Alemanha Oriental.

Note-se que o primeiro encontro se realizou quando a Alemanha era ainda dividida em quatro zonas de ocupação. O fracasso da política alemã na conjunção das quatro forças aliadas iria assinalar-se só a partir de 1947. A fundação da Alemanha Oriental deu-se somente em outubro de 1949. Além do mais, só no início da década de cinquenta é que na Alemanha Oriental iriam surgir esforços no sentido de transformar a psicologia numa ciência materialista. O trabalho de Pavlov era pouco conhecido no início da década de cinquenta.

Independentemente disso, é comprovado que Kemper imediatamente depois da Guerra se engajou com todo entusiasmo e dedicação na criação ou respectivamente no restabelecimento de novos institutos, nos quais exerceu funções de direção. Ele fundou junto com Schultz-Hencke, já em 14 de maio de 1945, o “Instituto de Psicopatologia e Psicoterapia”, uma recriação do antigo “Instituto de Pesquisa Psicológica e Psicoterapia” que, segundo as idéias de Kemper, deveria se limitar principalmente a funções policlínicas.

A formação psicoterapêutica sistemática deveria ser organizada numa outra instituição. O fato da fundação do Instituto se realizar “... com o incentivo e consentimento do comandante russo responsável pelo distrito” não tem a ver com a orientação política de Kem-

per, mas simplesmente com o fato de que nesse tempo Berlim inteira estava ainda sob controle soviético. Em março do ano seguinte, o Instituto foi incorporado por uma instituição de seguro de saúde de Berlim, a VAB (Versicherungsanstalt Berlin) e passou a chamar-se “Instituto Central de Doenças Psicogenéticas da VAB” (Zentralinstitut für Psychogene Erkrankungen der VAB).

Kemper fundou também a “Comissão de Docentes de Berlim” (Berliner Dozentenausschuß) em 1946, que se desenvolveu no “Instituto de Psicoterapia”, em 1947.

Sua participação na fundação da nova “DPG” e a sua eleição como seu terceiro diretor, em 1945, já foi mencionada antes. É muito estranha a afirmação de R.P., de que Kemper teria se engajado na reconstrução de uma psicoterapia orientada na Escola de Pavlov com o objetivo de acabar com o freudismo, considerando a orientação científica de suas publicações. Nelas, ele se afirma como um verdadeiro freudiano.

Aliás, ele próprio se caracterizou como “um discípulo ortodoxo de Freud” (Kemper, 1955: 197). No máximo, poder-se-ia acusá-lo de um certo ecletismo, uma constante na sua formação. Quando era ainda um principiante, ele foi introduzido por Edith Jacobson num pequeno “círculo interconfessional” de psicoterapeutas de diferentes escolas e psicoterapeutas que não eram ligados a nenhuma escola e no qual participava também Schultz-Hencke (Kemper, 1973b). Kemper sempre acen-

tuou que a cooperação forçada entre os psicoterapeutas de diferentes orientações dentro do “Instituto Göring” tinha também o seu lado positivo, porque dessa maneira eles tinham de se confrontar com outras posições.

Durante todo o seu tempo na Sociedade Psicanalítica no Rio de Janeiro foram sempre incluídas no ensino também as teorias de Adler, Jung e Schultz-Hencke, entre outras (Sério, 1998: 230). O prenho pavlovismo atribuído a Kemper também não parece plausível a um leitor atento do Dicionário. Num outro trecho (“Alemanha”) está escrito que Ernest Jones enviou Kemper ao Brasil para difundir o “freudismo”.

KEMPER E RITTMEISTER

A afirmação de que Kemper nunca esclareceu o seu papel na detenção de Rittmeister conduz a uma suspeita séria. No artigo “Rittmeister”, de R.P., essa suspeita é formulada de forma ainda mais clara: “É difícil saber em que condições Rittmeister foi detido pela Gestapo com sua mulher em 26 de setembro de 1942. Teria sido denunciado por Werner Kemper ou foi simplesmente apanhado na diligência policial contra a Orquestra Vermelha, depois da prisão de Schulze-Boysen um mês antes? O papel de Werner Kemper neste caso não ficou de modo algum esclarecido.

Kemper analisava tanto Rittmeister como Erna, mulher de Mathias Heinrich Göring. Em sua biografia, ele afirmou ter ‘protegido’ Rittmeister, usando com Mathias a influência transferencial que adquirira sobre Erna. Mas se tivesse sido

assim, por que Rittmeister não foi prevenido sobre a iminência de sua detenção?”

Na verdade, Kemper relata que acontecia que “por exemplo, a Sra. Göring, com base nas informações que tinha, dava de forma discreta indicações que em si eram insignificantes, mas que para quem tinha bons ouvidos, eram suficientemente compreensíveis”. Em vista das relações na ditadura nazista, a pergunta de R.P. – por que Kemper não avisou Rittmeister – pressupõe uma idéia ingênua do funcionamento de uma perfeita corrente de informações na base, Gestapo – Hermann Göring – primo Mathias Göring – sua esposa e analisanda Erna Göring – analista Kemper. Os autores deveriam ter feito mais esforço em averiguar a verdade, em se tratando de uma suspeita de denúncia grave. Inclusive a afirmação de que Kemper teria escrito na sua biografia que teria “protegido” Rittmeister também não confere.

A história da “Orquestra Vermelha” está relativamente bem pesquisada e nesse sentido existe bastante material que contradiz esse tipo de especulação, inclusive sobre a biografia de Rittmeister. É conhecido o desenrolar dos acontecimentos que precederam a prisão de Rittmeister. Schulze-Boysen, Harnack e Kuckhoff já vinham sendo vigiados e seus telefones escutados pela Gestapo desde a metade de julho de 1942. No final de agosto desse ano tiveram início as prisões. Schulze-Boysen foi a primeira vítima. E Liane Berkowitz, que pertencia ao grupo de Rittmeister, informou

John e Eva Rittmeister sobre o ocorrido. Assim, eles puderam ainda destruir quase todos os documentos comprometedores (Trepper, 1975: 353; Tuchel, 1992: 95).

Ambos foram presos na própria residência na manhã do dia 26.9.1942, aproximadamente às seis horas. Além do mais, está comprovado que Kemper, após a prisão de Rittmeister, não se comportou conforme as instruções de Göring dadas aos membros do Instituto. Ele foi o único colega a não romper o contato com Rittmeister e inclusive a escrever-lhe à prisão. Parte dos apontamentos que Rittmeister anotou com muita dificuldade em papel de embrulho na prisão refere-se à sua confrontação com Kemper como analista. Rittmeister refere-se a ele em várias observações muito críticas, mas também no sentido positivo, frisando o “testemunho de Kemper” (idem, p. 55). Ele acentua “o muito que espera de Kemper”, isto é, “que ele obtenha, tanto junto à Gestapo como junto a Göring, compreensão para a sua substancial inocência” (idem, p. 65). Kemper menciona que teria tentado sem sucesso uma permissão para visitá-lo ainda à noite, na véspera de sua execução, através da mediação do pastor da prisão. Ele visitou na prisão a mulher dele, que havia sido liberada logo, mas que depois foi detida novamente e condenada a cinco anos de prisão. Aliás, logo que ela pôde sair da prisão procurou Kemper em Berlim e pernoitou na sua casa.

Este procedimento não é surpreendente, considerando que Rittmeister e Kem-

per eram amigos e os dois casais mantinham contatos sociais de amizade. Além disso, Kemper era analista didata de Rittmeister e continuou a sua confrontação com ele, nesse sentido, na prisão. A análise com Rittmeister foi iniciada em 1938/39. Segundo Kemper, estava próxima do fim, quando ocorreu a sua detenção. Ela já havia sido interrompida várias vezes em 1942. Primeiro devido a convocação de Kemper para o serviço de proteção contra os bombardeios, por causa de doença e finalmente por causa do serviço militar.

Rittmeister critica em Kemper, de um lado, tendências junguianas; de outro, que ele superestimaria a importância dos problemas sexuais: “... estando estes em ordem, o resto se arranjará por si”. E que desta maneira, “... fantasia, relacionamentos, as aspirações extraordinárias, técnica de trabalho, conhecimento humano, normas de vida (disciplina), ficam sem ser analisadas”.

Que Kemper focalizaria bem “... as inibições e atitudes grosseiras, mas não as finas, aquelas que têm de ser questionadas e de se nomear para poder corrigi-las”. “Ele não possui um conhecimento abstrato de modelos de vida, de autodisciplina, regulamentos de vida, apesar de possuir com certeza uma adaptação prática disso para seu uso doméstico”.

Rittmeister receava que Kemper tivesse “uma imagem muito otimista dele”.

Segundo ele, “a análise tinha se tornado sem sentido e não o atingia na substância. Kemper deveria perguntar mais, criticar, incentivar, dar indicações de

como agir perante minhas fraquezas disponíveis e que deveriam ser esclarecidas (a sensibilidade, a sugestionabilidade, que há por trás da crítica), a tendência à fragmentação” (Teller, 1992: 106).

Evidentemente essas críticas referem-se ao analista e não ao amigo Kemper.

Nos apontamentos, o “testemunho” de Kemper não é uma referência precisa. Apesar de Rittmeister ter perdido as esperanças de que Kemper pudesse ajudá-lo, como esperava no início da prisão, isto não diminuiu no entanto a sua estima. No início, na prisão, ele avaliou a sua situação de forma muito irrealística, ou seja, muito otimista. Não parece plausível supor que Kemper tivesse podido ajudá-lo e podido impedir o pior com o seu “testemunho”, considerando a importância que tinha para o regime essa parte da resistência; a extensão da destruição da “Orquestra Vermelha” (organização que se atribuía por trás do pequeno grupo de resistência, do qual fazia parte Rittmeister), com mais de cem prisões em pouco tempo só na Alemanha, e, principalmente, considerando as acusações contra Rittmeister de preparação de alta traição e favorecimento do inimigo. Em todo caso, o próprio Rittmeister acabou perdendo a esperança, mas a sua confiança em Kemper continuou inabalável. Na carta de despedida ao irmão, escrita pouco antes de sua execução, ele lhe diz para procurar o Dr. Kemper “que me conhece tão bem e as minhas complexidades” (Teller, 1992: 168).

Existem alguns comentários de Kemper sobre Rittmeister, após o fim do regi-

me nazista. Ele menciona na sua biografia resumida (Kemper, 1973b), que a sua relação próxima com Rittmeister não se limitava só à colaboração no Instituto. Em 1968, ele não deixa passar despercebido o vigésimo quinto aniversário da morte de Rittmeister e se empenha por um registro comemorativo na “Psyche”. Publica um necrológico, no qual se exprime de forma distanciada mas sensível. Nota-se que Kemper não faz relação entre as qualidades de caráter de Rittmeister e a sua atitude de resistência contra o regime nazista. Isto transparece sobretudo quando ele se refere a um ensaio de Rittmeister, no qual fala da relação da “função terapêutica e um novo humanismo”. (Rittmeister, 1936/1985). Kemper menciona que Rittmeister fala do dever da “eliminação da miséria social e do sofrimento dos desprotegidos”, mas relaciona a “função humanística”, a que Rittmeister se sentia obrigado, apenas à sua atuação como médico, “particularmente como chefe da antiga Policlínica Psicanalítica de Berlim”, e não à sua atuação política.

Todavia Rittmeister visava, além da cura mental privada, principalmente o “bem-estar social”. (Veja Bräutigam, 1992). “O mundo externo não devia ser obscurecido subjetivamente, porque isto leva a aceitar com resignação e humildade as condições sociais de precariedade de existência das massas e a abrir caminho para outros, com uma “híbrida compulsão de expansão”, exercerem todo tipo de arbitrariedade”. Evidentemente Rittmeister pensava politicamente e não limitava o seu engajamento

humanístico apenas à sua atuação como médico. Kemper não se estende a essas considerações. Suas conclusões confirmam a crítica de Rittmeister ao analista.

O próprio Kemper reconhece em carta datada de 1974 que “não tinha sido adequado” na sua função de analista de Rittmeister. E vai além... “não como acredito que poderia ser hoje”. “Uma dúvida, que pesa mais ainda quando surge a nova dúvida, se teria sido desejável um outro resultado no interesse da boa causa que ele representava. Trata-se sempre de uma escalada íngreme com risco de se cair de um lado e do outro” (citado em: Schulz, 1981: 19).

Kemper parece pensar que talvez uma análise bem-sucedida teria impedido Rittmeister de se dedicar à “boa causa”, isto é, o teria impedido de se colocar em perigo de vida por resistência ativa. Ou mais drasticamente formulado: um Rittmeister menos neurótico não teria ousado a desejável resistência contra o regime e assim arriscado e perdido a sua vida.

Note-se, porém, que a questão se um engajamento político é certo ou errado, não tem nada a ver primordialmente com as motivações psíquicas que existem por trás.

Eventualmente, secundariamente, no sentido, se as condições psíquicas permitem, as exigências e riscos concernentes às implicações práticas e a pressão psíquica da atividade política. O que não se pode pretender, é que pessoas de mente sadia não arrisquem sua vida na luta contra um regime totalitá-

rio e criminoso. A compreensão de Kemper para com o engajamento político de Rittmeister parece ter sido, de fato, limitada.

CARREIRISTA

A afirmação que Kemper teria permanecido um “funcionário obscuro”, se não tivesse feito carreira no regime nazista, também não parece plausível, em vista de sua comprovada produtividade. O rigoroso Fenichel, que o conhecia muito bem das 150 horas de supervisão e seminários conjuntos, como sobretudo o “seminário das crianças” avaliou o jovem Kemper como “certamente muito talentoso”.

Kemper se revelou um autor muito produtivo ao longo de sua vida.

Manifestou-se em numerosas publicações científicas de forma competente e escreveu vários livros sobre diversos temas. Inclusive alguns livros seus chegaram a atingir um grande público. Além disso, ele foi um organizador incansável tanto na Alemanha como no Brasil. Paralelamente ao seu trabalho de analista e analista didata, fundou e participou na criação de várias instituições psicanalíticas e também em numerosos trabalhos de cooperação internacional psicanalítica. No Rio, foi um dos pioneiros da análise de grupo.

A acusação que Kemper teria feito carreira no regime nazista é, porém, num aspecto correta. Ele fez carreira na DPG. E, nesse sentido, tem-se de relacionar o fato de que ele, logo após o término de sua formação, em tão pouco tempo se tornou membro regular e te-

soureiro da DPG, com a discriminação e exclusão dos seus membros judeus. Igualmente sua admissão logo no ano seguinte para o Conselho de Ensino. Como membro “ariano”, Kemper precisava apenas dizer sim para continuar a subir. Nesse sentido, pesa particularmente o fato dele ter aceito sua eleição para a diretoria em 1936, após a exclusão dos judeus. Ele facilitou assim, substancialmente, o processo de adaptação à ditadura nazista na DPG. Ele poderia ter evitado essas funções, sem se arriscar politicamente. Pelo menos nessa altura, já deveria ter percebido, a que tipo de regime ele e a DPG já estavam se adaptando. Mas continuou vendo ainda esse passo “como uma solução passageira e necessária de ajuda” (Kemper, 1973b: 272). Mais tarde, ele viu a alternativa assim: “... nos calar forçadamente ao risco de deixar cair no esquecimento público todo o conhecimento científico adquirido até então, ou tentar, apesar das proibições, mantê-lo vivo e até desenvolvê-lo, não citando explicitamente em passagens insuspeitas as fontes originais, nem seus autores proibidos e nos exprimindo assim numa linguagem, que o público interessado entenda que para ele o proibido continua acessível” (Kemper, 1942/1975: XIII). Referiu-se mais tarde inclusive ao próprio Freud, que esclareceu que para ele não era importante “que seu nome fosse citado, mas que a sua obra fosse representada corretamente” (idem). Se foi esse o caso, na retrospectiva, Kemper já não parecia mais seguro disso. Para ele o mais importante lhe parecia ter sido a

continuação do trabalho da Policlínica do Instituto de Berlim e que, devido a isso, muitos pacientes puderam ser protegidos da perseguição do regime. Ele admitiu, posteriormente, que a sua “falta de percepção inicial” da realidade política, “hoje nos parece dificilmente compreensível” (Kemper, 1973b: 271).

Existe um manuscrito em português, não datado, sobre a biografia de Kemper. A primeira parte é um resumo formulado na terceira pessoa dos três primeiros capítulos da sua “Apresentação autobiográfica”. A segunda parte é, na essência, a tradução do quarto capítulo da mesma (“América do Sul”). Falta o quinto capítulo (“Retorno e desfecho”). Nota-se que o trecho referente à eleição de Kemper, em 1936, como terceiro membro da diretoria da DPG, por indicação de Boehm e Müller-Braunschweig, contém uma observação entre parênteses que não está incluída na minuciosa “Apresentação autobiográfica” alemã. A observação seguinte: “daí as falsas acusações...”. Deduz-se daí que provavelmente as acusações referentes à carreira de Kemper, quando ele ainda vivia, relacionavam-se só, ou sobretudo, à sua ascensão na DPG. E não, em geral, ao seu trabalho no “Instituto Göring”. A posterior acusação de carreirismo no Instituto carece de fundamento considerando os seguintes fatos.

Kemper sempre pertenceu desde o começo ao “Instituto Göring”, à medida que continuou a ensinar no Instituto Psicanalítico da DPG, que foi integrado a ele e, mais tarde, no denominado “Gru-

po de Trabalho A”, e, a partir de 1941, colaborando na Policlínica. Até 1942 ele trabalhou no Instituto sem ser seu funcionário fixo (Friedrich, 1987). Quando Kemper sucedeu Rittmeister na direção da Policlínica, ele não era o candidato favorito do chefe Göring. Este teria preferido confiar a direção da Policlínica a Scheunert, mas este não fora liberado do serviço militar, ao contrário de Kemper, que era mais velho. Göring nomeou então Kemper, que já trabalhava há muito tempo na Policlínica do Instituto, em vista de sua qualificação.

ANTI-SEMITA

Não há em nenhuma afirmação de Kemper indício de que ele teria sido anti-semita. Além do mais, tinha relações de amizade com vários colegas judeus, como, por exemplo, Wilhelm Reich, que, segundo informação do próprio Kemper e de sua mulher, ele teria ajudado a fugir da Alemanha.

Ainda no verão de 1939, Kemper encontrou-se com Reich, num pequeno balneário nos arredores de Copenhague, por ocasião da realização de um encontro do círculo dinamarquês-norueguês de trabalho de Reich. Ele deve a esta relação, o seu primeiro “Carepaket” após o fim da II Guerra.

Kemper era ligado também a Edith Jacobson, desde os primeiros anos em Berlim, por “uma profunda amizade” (idem, p. 270) que sobreviveu ao nazismo. (Veja em seguida).

Existe uma tomada de posição de Kemper, durante o nazismo, que parece particularmente interessante nesse con-

texto. Em 1938, por ocasião de um congresso da “Allgemeinen Ärztlichen Gesellschaft für Psychotherapie” (Sociedade Médica de Psicoterapia), ele defende a “psicologia de profundidade” – (...) “o saber que a psicoterapia especializada acredita ter adquirido legalmente, principalmente por meio da análise” – contra os ataques dos representantes da psiquiatria (Kemper, 1938). Kemper menciona “duas justificativas diferentes” para esses ataques. A primeira, baseada na suposição de que o saber da psicologia de profundidade teria sido

adquirido por meio de um método que “não resistiria a uma crítica exata, no sentido dos métodos adotados até agora pela ciência”. A segunda, de maior peso, porque “os criadores e principais representantes dessa psicologia analítica de profundidade eram, em geral, judeus (respectivamente sob a influência judaica), e também as experiências decisivas adquiridas em pacientes judeus, e por isso não corresponderiam à essência do alemão e deveriam ser rejeitadas”. Kemper continua: “... de fato, é incontestável a influência de judeus justamente nos primeiros tempos da psicoterapia, mas o segundo motivo infelizmente não é possível de se discutir aqui”. Assim, ele corta esse tema sem mais justificativas, mas diz ainda o seguinte:

Que se tenha em mente que grandes alemães como Leibniz, Goethe, Carus e sobretudo Nietzsche, cujas concepções geniais freqüentemente representaram antecipações intuitivas (e, aliás, antes de

qualquer psicologia analítica de profundidade!) que a psicologia de profundidade juntou mais tarde, pedrinha por pedrinha, num trabalho minucioso ao longo de anos de esforços.

À medida que ele tenta comprovar a sabedoria e a importância da psicologia de profundidade, relevando a sua concordância com as antecipações geniais de “grandes alemães”, ele faz sem dúvida uma concessão à argumentação dos colegas anti-semitas. Mas se ele mesmo fosse de fato um anti-semita, não perderia essa ocasião para formular frases feitas anti-semitas.

Quanto a posição de Kemper no que se refere à votação para exclusão dos membros judeus da DPG, não dá para tirar conclusões claras de como ele votou mesmo na época. A questão da votação foi discutida de forma controversa também entre os membros judeus. Ponderações táticas foram consideradas.

Entretanto, a sua maneira de agir depois para com os colegas judeus, como Fenichel relata numa circular, nos parece inadmissível e chocante.

Fenichel escreve que o membro da diretoria Kemper cumpria obviamente de maneira conseqüente a intimação do presidente (Boehm) “de não mais freqüentar colegas judeus”. Ele não só cortou o contato com Therese Benedek, que pouco tempo depois emigrou, mas também com Kamm, que saiu da DPG em solidariedade aos colegas judeus (circular de 23.4.1936). Fenichel, que apreciava muito Kemper, ficou muito decepcionado com este seu comportamento, principalmente quando soube de uma vi-

agem sua e que ele não aproveitara a ocasião para encontrar-se com ele e nem para lhe escrever. Posteriormente, Fenichel menciona ter recebido “uma notícia indireta” de Kemper, na qual este lhe pede para “manter a confiança nele. Que estariam forçados a agir com extremo cuidado”. Fenichel comenta então: “mas, como diz um velho ditado, ‘em matéria de convicção ninguém nos bate’. Mas apesar desta notícia me alegrar, não muda nada no meu julgamento, de que, neste caso, eu penso que o cuidado ultrapassa a medida do necessário” (circular de 18.5.1936).

Depois que a DPG desligou-se da IPA, Fenichel lamenta que “infelizmente não vai mais haver oportunidade de falar no próximo congresso com o próprio Kemper sobre o seu estranho comportamento”.

Esta oportunidade surgiu porém no “Encontro de quatro países”, em Budapeste, em maio de 1937, no qual participou Kemper. Ele relatou então a Fenichel sobre a situação em Berlim. Pretendeu que a suspensão de “todo contato pessoal” é “verdadeiramente necessária no interesse da manutenção do Instituto” (circular de 1.6.1937). Kemper não convenceu porém Fenichel dessa “necessidade”, sobretudo porque ele ficou sabendo que um outro colega de Berlim “continuava membro da Sociedade de Medicina e da Sociedade de Neurologia e que somente os psicanalistas o tinham excluído”. Kemper evidentemente entendeu o ceticismo de Fenichel e “procurou mostrar que era digno de confiança (...), defendendo Reich e

Edith Jacobson numa sessão pública”. Apesar de Kemper ter decepcionado Fenichel por essas atitudes e tê-lo inclusive irritado por causa dos seus relatórios otimistas sobre a situação em Berlim, ele anota em dezembro de 1938, quando a DPG desligou-se da IPA: “... não é uma pena pela DPG! (...) É uma pena só por causa do Kemper” (circular de 16.4.1939).

Quanto à posição oficial de anti-semitismo e cumprimento das “Leis Raciais” durante o nazismo no “Instituto Göring”, por suposto, houve membros não tão zelosos disso. Em 1938/39 um candidato à formação judia continuava ainda em análise didata com Müller-Braunschweig, após uma interrupção devido sua prisão temporária no campo de concentração de Sachsenhausen (Brecht et alii, 1985 2: 168). Em 1939/40 e até 41, Göring ainda advertia em circulares para o fato de que havia ainda judeus em tratamento no Instituto (Wunderlich, 1991: 41 ss.). Mas depois disso, não deve mais ter sido possível praticamente. A partir de setembro de 1941, os judeus foram obrigados a portar a estrela judaica também dentro da Alemanha. Com esse fato, a questão de tratamento ou mesmo formação de candidatos judeus deixou de ser um tema no Instituto. E apesar de que os seus membros já estavam de todo modo obrigados a trabalhar “no sentido da visão nazista do mundo”, o fato que em 1943 foi estabelecido oficialmente um critério racista na admissão dos pacientes, significou uma capitulação adicional do Instituto. As fichas médicas para ava-

liação, redigidas por Kemper em 1943, passaram a conter a indicação da raça (Cocks, 1985: 181), o que tornava praticamente uma norma psicoterapêutica, a limitação de ajuda psicoterapêutica a “arianos”.

KEMPER E FENICHEL

Para avaliar a credibilidade das afirmações de Kemper durante o nazismo e poder julgar a sua integridade de uma forma geral, vale a pena talvez questionar-se porque Fenichel ainda lamentou a perda para a IPA do colega Kemper na primavera de 1939. Esta apreciação conta muito, considerando a capacidade humana, científica e política de Fenichel, assim como o momento em que ela é feita, isto é, após os acontecimentos problemáticos sucedidos desde 1933. Não resta dúvida de que Fenichel apreciava o seu supervisor e colega Kemper. Tendo em vista a inexperiência política de Kemper, é nesse sentido extraordinário que ele tenha ajudado Fenichel no exílio, nos seus esforços de organizar uma comunicação clandestina dentro do movimento psicanalítico, através de circulares e assim – pelo menos na intenção – manter a união dos psicanalistas progressistas e de esquerda. Fenichel tinha esperança de que as discussões desenvolvidas nas circulares se transformassem a longo prazo numa espécie de “seminário das crianças por escrito da psicanálise marxista” (circular de 12.2.1935). Ele precisava, para isso, de informantes em vários países que o mantivessem a par do movimento. Kemper foi um informante seu

durante vários anos.

Tendo em vista os informantes e destinatários de suas circulares, Fenichel distinguia um círculo estreito de amigos psicanalistas de esquerda, entre os quais Georg Gerö, Nic Hoel, Edith Jacobson, Annie e (no começo) Wilhelm Reich. Junto a esses, havia no começo um círculo maior, que ele classificava da seguinte maneira:

a) colegas, que deviam ser informados das coisas importantes, mas que temporariamente, por cautela, não eram informados da forma de colaboração e não assumiam compromisso; b) os verdadeiros simpatizantes; c) aqueles que podiam passar rapidamente a simpatizantes.

Kemper estava entre os “verdadeiros simpatizantes”, ao lado de colegas como Paula Heimann, Edith Buxbaum, Lotte Liebeck, entre outros (circular de abril de 1934: 83). Daí, obviamente, Fenichel devia considerá-lo uma pessoa íntegra e confiável. Os seus relatórios porém ele avaliava como muito otimistas. Por exemplo, no que concernia a sua convicção de poder converter psicoterapeutas de outras escolas (circular de 23.10.1937). Mas sobretudo no que concernia a falsa avaliação política de Kemper:

... não tenho nenhuma confiança nos relatórios otimistas que o colega Kemper, ocasionalmente, nos manda de Berlim; não somente porque os judeus perdem as suas possibilidades de trabalho, ou porque paciente e analista não podem ter uma relação de confiança, uma vez que há sempre a possibilidade de denúncia – mas, porque o espírito está sendo aniquilado nes-

ses países, porque se premia um falso pensamento e tudo se faz para manter as pessoas ignorantes e não inteligentes (circular de 25.6.1938).

A crítica de Fenichel era sem dúvida justificada. As suas reflexões sobre as relações sociais soavam tão estranhas para Kemper, quanto as reflexões de Rittmeister. Pelo que parece, Kemper nunca chegou a perceber o quanto foi alto o preço para a forma de sobrevivência, à qual ele se adaptou.

Na atitude de Fenichel para com Kemper deve ter contado muito o procedimento deste na fuga de Edith Jacobson. Ela foi presa em 1935 por causa de contato com o grupo social-democrático de resistência “Novo começo”. Em 1938, ela conseguiu fugir para Praga, por ocasião de uma hospitalização. Durante a sua prisão, a questão mais importante para Fenichel era a libertação dela, sua antiga analisanda, colega do “Kinderseminar” (“seminário das crianças”) e partidária política. As circulares desse tempo sempre começam com as mais novas informações sobre Edith Jacobson. Na sua “Apresentação autobiográfica” Kemper, porém, menciona apenas que ele mesmo a visitou em duas prisões diferentes (Kemper, 1973b). Isto merece um maior esclarecimento. Kemper mantinha nesse tempo contato com Fenichel e existem vários indícios de que ele teria tido participação na libertação de Edith Jacobson. O seu próprio filho, Jochen, pretende que ele teria participado. E a própria Jacobson teria confirmado isso ao psicanalista brasileiro Flávio Neves (Victor, 1996). Por que então mais tar-

de Kemper e sua mulher confirmaram que tiveram apenas participação na fuga de Reich e Liebeck, mas não na de Edith Jacobson?

Um esclarecimento plausível se encontra na entrevista de Elisabeth Gero-Heymann, a última sobrevivente do grupo de Praga, que organizou a fuga de Edith Jacobson, concedida a Thomas Müller. Segundo ela, Fenichel a encarregou na época de falar com Kemper. Ele deveria visitar Edith Jacobson na prisão e combinar com ela a fuga, mas Kemper recusou. A sua mulher estava grávida e tinha medo que acontecesse algo com ele. Gero-Heymann se encarregou então ela mesma disso. Conforme provam esses acontecimentos, Fenichel sabia portanto que podia confiar inteiramente em Kemper e contar conspirativamente com ele na preparação da ação para libertar Jacobson.

A razão por que Kemper recusou a tarefa era sem dúvida plausível e Fenichel a aceitou. Quando ele lamentou a perda de Kemper por força do desligamento da DPG da IPA, esses acontecimentos haviam se sucedido alguns meses antes.

A IDEOLOGIA NAZISTA

Entre as acusações contra Kemper, pesam sobretudo as suspeitas de que ele teria se pronunciado várias vezes “também implicitamente de maneira concordante com as idéias nazistas” (Friedrich em Brecht et alii, 1985: 150). Tendo em vista que algumas das suas citações, fornecidas como prova disso, foram feitas justamente no período da ação de libertação de Edith Jacobson, poder-se-ia

cogitar também se talvez não se tratasse de concessões táticas ou seja, da boca para fora. Sob essa perspectiva consideraremos a seguir os respectivos comentários feitos por Kemper, embora estejamos cientes de que talvez nem seja possível uma resposta inequívoca nesta questão.

Em publicações de autoria de colegas de Kemper do Instituto há freqüentemente elogios dirigidos ao “Führer”, comentários racistas, a ideologia do solo e do sangue e outros elementos da ideologia nazista (Veja as contribuições em: Göring, 1934).

Em comentários de Kemper não há tais afirmações generalizadas de princípio nazista explícitas. Nas partes em que ele exprime concordância, esta se relaciona a pontos concretos no contexto de uma reflexão científica. Sobretudo uma leitura exata dessas formulações permite reconhecer claramente o contexto respectivo na sua maneira conseqüente de argumentar com expressões como “sim, mas” – “embora, mesmo assim”. Além disso, as concessões às idéias nazistas estão geralmente inseridas numa argumentação tática. Na “permanente controvérsia” entre a psiquiatria e a psicoterapia, na qual Kemper defendia conscientemente “uma pretensão exagerada da psicoterapia” (Kemper, 1938), ele tinha de fazer de vez em quando concessões à psiquiatria adaptada ao regime nazista, de cuja tolerância ele precisava para defender a sua posição psicoterapêutica.

Kemper menciona algumas vezes aporvativamente, por exemplo, as leis

eugênicas, mas cada vez antes ou depois de ter apresentado o seu ponto de vista terapêutico, o que não combinava com as mesmas. Assim ele se refere – “com respeito à controvérsia entre a psiquiatria e a psicoterapia” – à questão que mesmo nos casos de “verdadeira psicose”, a possibilidade de “tratamento psicoterapêutico” é maior do que se pensa (Veja Kemper, 1938).

Em seguida ele acrescenta:

Isto não deve ser interpretado como uma propaganda para uma psicoterapia da psicose ou como uma tentativa de tornar as leis eugênicas mais ou menos desnecessárias. Ao contrário: todo psicoterapeuta sabe numa detalhada anamnese das famílias, a alta porcentagem que nelas se encontra de quadros de psicose ou doenças relacionadas à psicose na ascendência de seus pacientes neuróticos. E justamente o psicoterapeuta que tem de combater diariamente a miséria da neurose, só pode aprovar essa legislação. Isto porém não impede que a psicoterapia, enriquecida pelo saber relatado acima, seja mobilizada também para a pesquisa científica da psicose, sem considerar a consequência prática que o emprego de um tão intensificado tratamento terapêutico, no caso de um psicótico, que tenha sido uma personalidade genial excepcional, com certeza valeria a pena, se existe a expectativa de que, com isso, o seu talento extraordinário possa ser retribuído em proveito da totalidade.

Ele faz logo em seguida uma concessão aos psiquiatras, relativa à importância terapêutica dos mesmos e lhes oferece a sua cooperação:

Além disso, me parece que (no caso de uma rigorosa seleção dos pacientes) a te-

rapia de choque à base de insulina e cardiazol, seguida de uma assistência psicoterapêutica do paciente, pode vir a ter grandes e importantes atribuições e possibilidades.

O exemplo seguinte é também típico no sentido de que, imediatamente após uma concessão a um elemento da ideologia nazista, ele faz valer um ponto de vista seu de importância. Em 1942, ele se refere a uma “atitude básica para com a cultura da sexualidade” nesses termos: Esta “embora também marcada racialmente, só desenvolveu-se gradativamente, mas de maneira decisiva e muito mais do que somos conscientes, através de fatores históricos das idéias, sociológicos e outros fatores culturais (Cristianismo) ao longo do século”.

Várias vezes Kemper admite que o ponto de vista “biológico de povo” é sem dúvida muito importante. Mas cada vez relativiza na seqüência a sua concessão. Em 1943, ele admite que se conseguiu com o “ponto de vista biológico” e “em razão do sacrifício de vidas na guerra”, desde “a ascensão ao poder da outra visão de mundo”, “despertar de novo a vontade de procriar perdida” (Kemper, 1943). No final do artigo, ele “se permite” “francamente” apontar para “um perigo” a que ele se refere também em outras publicações (Kemper, 1942/1975: 101):

O novo tempo ensinou que o indivíduo deve ser visto como membro de uma linhagem e dessa forma mostrou a responsabilidade perante nossos ascendentes e descendentes. Com isso também foi abolida a avaliação existente até agora da vida

sexual da perspectiva do indivíduo, vista ainda apenas no contexto dessa função biológica de povo. Nisso vale evitar exageros e, junto a essa função seguramente muito importante, nela reconhecer a importância para a manutenção da saúde física e psíquica do indivíduo (Kemper, 1943: 429).

Como já foi dito, Kemper pronunciou-se também no sentido de que “os grandes métodos terapêuticos” deveriam ser reservados apenas aos doentes, nos casos que “valesse a pena a utilização dos mesmos para a totalidade do povo” (Kemper, 1938). Não seria o caso das “poucas exceções de variações negativas de tipo constitucional degenerativo no verdadeiro sentido genético” (Kemper, 1944). Ele não tinha, porém, critérios racistas nem eutanásia na mente, como dão a impressão suas formulações no estilo nazista, se se considera o contexto das relações políticas na época em que ele as fez. Achava mais que não era conveniente grandes esforços terapêuticos “nos casos raros” relacionados a doenças genéticas.

Sobre essa questão em que casos vale a pena psicoterapia e em que casos não, ainda um exemplo:

Decidir se é justificável em cada caso fazer grandes esforços de tratamento, naturalmente não depende mais do sintoma especial da perturbação sexual, mas do tipo e gravidade da mudança da personalidade restante. O psicoterapeuta vai ter de se limitar na sua escolha às pessoas, cujas personalidades merecem um tal esforço. Justamente nisso surgem graves decisões humanas para o médico consciente de sua responsabilidade. Se para o biólogo

especialista em genética é fácil de decidir na maioria dos casos de doenças genéticas, para nós os limites são flutuantes (Kemper, 1942/1975: 82).

Ele fala em seguida da “dificuldade” de distinguir nos doentes entre os casos de “valiosa originalidade” e “formas degeneradas” e menciona o “tipo de moça frágil” descrito por um colega (Speer, 1935) que, por causa de sua constituição física, deveria ser desaconselhada ao casamento e maternidade.

Também estas frases soam “conforme as idéias nazistas” (Friedrich). Mas se não se atenta somente ao estilo, mas também ao conteúdo, elas adquirem uma outra significação. Neste sentido, deve-se notar que para os nazistas se tratava de uma outra “escolha” do que para Kemper. Os nazistas não tinham dificuldade quanto a isso e quem era “escolhido” não recebia aconselhamento, mas era esterilizado ou morto.

De fato, Kemper se pronunciou aprovativamente em relação às teses nazistas sobre as leis eugênicas e à política populacional. Ele era de fato convencido que as leis eugênicas poderiam impedir doenças hereditárias e por isso eram bem-vindas. Cada vez que elogiou as leis, ele fez essa justificativa. Naturalmente em princípio não há nada contra o objetivo de impedir doenças hereditárias por meio de medidas e leis adequadas. O problema, no caso, é que Kemper elogiou uma lei que fazia parte de uma legislação estabelecida para servir a criação de uma “raça superior”, que determinava a proibição de casamentos, o internamento forçado em hospitais,

abortos e esterilizações e que abria caminho para o assassinato de “vidas sem valor” do “programa de eutanásia”, que teve início em grande dimensão em 1940. Por isso é, em princípio, problemático que Kemper tenha elogiado essa lei. A questão é se – tendo em vista as circunstâncias políticas da época – se pode considerar o seu elogio a um aspecto como uma aprovação à legislação inteira. Ou se se pode considerar a sua argumentação à base de “sim, mas”, como um indício de que ele teria feito concessões a determinados pontos, para poder argumentar em seguida contra outros. O mesmo vale para a defesa de sua posição com argumentos conforme o teor nazista, mas que em si não eram como o incentivo à “vontade de procriar”, respectivamente ao crescimento da taxa de natalidade.

Ambos os pontos acima comprovam o envolvimento ideológico de Kemper naquelas circunstâncias. Se comprova mesmo a sua afinidade com a ideologia nazista, parece mais duvidoso, se levarmos em conta o seu procedimento em geral.

PSIQUIATRA CONSULTOR MILITAR

Entre os fatos apontados como prova de um envolvimento pessoal culpável de Kemper nas barbaridades dos nazistas, conta também o de que ele era “psiquiatra consultor do exército combatente” e que teria colaborado em maio de 1942 na elaboração das diretrizes para as formas de tratamento de neuróticos de guerra. Não é no entanto seguro se a assinatura escrita à máquina abaixo das

diretrizes de “Dr. Kemper, médico-chefe do Estado Maior” (Brecht et alii, 1985: 153) pode ser atribuída a Werner Walter Kemper.

Segundo suas próprias indicações, ele foi convocado no início da II Guerra Mundial por cerca de um mês para o serviço de proteção contra bombardeios em Berlim. No fim de 1940, de novo, “desta vez por um ano para a proteção da Usina Leuna, perto de Halle”. Nesse tempo, ele utilizou as suas horas de folga para escrever o seu livro “Die Störungen der Liebesfähigkeit beim Weibe” (Os distúrbios da capacidade de amar na mulher). Este livro foi publicado no início de 1942. Três meses depois foi editada uma nova edição, que traz um prefácio de Kemper datado do “início do verão de 1942”. O próprio Kemper teria apanhado os seus exemplares de autor dessa nova edição em Leipzig. Finalmente, depois de “mais de um ano doente ele foi liberado por motivo de saúde”. Após a sua recuperação, ele voltou a trabalhar como docente no Instituto Göring e na Policlínica, como interino. Só então ele foi convocado pela primeira vez para o Exército como sargento para o serviço de enfermagem, correspondentemente à patente militar que ele havia atingido na I Guerra Mundial e à sua formação adquirida depois de médico (Kemper, 1973b). Ainda nesse mesmo ano, ele foi liberado do serviço militar e tornou-se então funcionário fixo do Instituto Göring. Estas indicações do próprio Kemper coincidem com os dados de sua ficha no “Instituto Göring”. Nela, ele é designado

igualmente com a patente militar de sargento da reserva. Em vista disso, não é compreensível como Kemper em maio de 1942 possa ter sido psiquiatra consultor do Exército. Mesmo que ele tivesse sido promovido rapidamente a oficial, não é muito provável que tenha sido, ao mesmo tempo, também promovido a médico-chefe do Estado Maior.

A hipótese que a assinatura seria mesmo de Werner Kemper e que sua patente estaria errada no documento por engano, também é improvável. Numa lista de psiquiatras consultores do Exército que data de abril de 1942 já se encontra um médico-chefe, Dr. Kemper (Riedesser; Verderber, 1996: 110). Nessa época Werner Kemper nem tinha sido ainda convocado para o Exército.

Apesar disso, não se deve deixar de considerar neste contexto as diretrizes. Os psicoterapeutas do Instituto tiveram participação nas discussões sobre o tratamento a ser dado aos neuróticos de guerra e mesmo considerando que Kemper só mais tarde foi admitido como funcionário fixo no mesmo, pode ser que ele tenha tido – embora não diretamente e não em posição superior – algo a ver com essas discussões.

O objetivo das diretrizes era de evitar “reações psíquicas anormais”, como as que se verificaram na I Guerra Mundial e que por causa do seu “efeito psíquico contaminador, teriam afetado consideravelmente a força de combate das tropas”. Os autores das diretrizes citam, entre outras, “estados de medo e perturbação, distúrbios de origem psíquica como paralisia, perda da fala, perda da

audição, cegueira, tremor, contrações musculares, incapacidade de locomoção, hábito de fixação em deficiências físicas após ferimentos e doenças”. Eles defendiam a opinião que soldados completamente sadios e altamente capazes também podem ser afetados em determinadas circunstâncias por reações anormais, o que torna impossível “uma desvalorização moral e a difamação dos doentes de reações anormais”.

Isto teria de se evitar “no interesse do comando moral da totalidade da tropa”. Eles acentuam que “a fixação em reações psíquicas anormais”, mesmo quando serve a desejos como os de retorno à pátria ou a transferência para uma outra tropa, ou seja, mesmo quando serve a um objetivo determinado, pode não haver simulação nisso, “porque freqüentemente essas tendências não são vividas claramente”.

Para eles, havia em geral duas razões “entre as quais se tinha de decidir”, quando os doentes não podiam ser curados num espaço de algumas semanas. Eles aconselham medidas rigorosas para os casos em que o comportamento “anormal” fosse “expressão de uma tendência anormal da personalidade”.

De um lado, eles aconselham que “a remoção à pátria deve ser evitada absolutamente, exceto em casos extraordinários a serem julgados somente por parecer de um psiquiatra experiente”. De outro, eles aconselham no caso contrário, ou seja, do deslocamento da pátria para a frente de combate, também a necessidade da colaboração de um psiquiatra “por causa dos efeitos psí-

quicos contaminadores na frente de combate”. Eles acentuam ainda que o tratamento de neuróticos de guerra, “de acordo com as diretrizes gerais da moderna psiquiatria”, devia caber à responsabilidade exclusiva de psiquiatras especializados. De acordo com as diretrizes, o tratamento básico e o tratamento de “reabilitação” por meio de rigorosas atividades terapêuticas, assim como em unidades especiais de reconvalescença (no caso de haver uma grande quantidade de doentes desse tipo num Exército), conseguiria em regra a volta à ativa do soldado. Nos casos de permanentes recaídas ou anomalias muito graves deveriam tomar-se medidas extraordinárias. Sugere-se “serem criados setores em lugares apropriados, para que tanto as tropas como a pátria fossem preservadas do efeito desintegrador dessas pessoas”.

Em geral, quem se interessa por psiquiatria militar, sabe que estas diretrizes não são especialmente rigorosas, mas até, surpreendentemente, moderadas. Tradicionalmente e até hoje, os psiquiatras militares não se sentem obrigados em servir em primeira linha ao doente, como deveriam, segundo a ética médica. Principalmente nos períodos de guerra, o tratamento de neuróticos de guerra é, em regra, extremamente brutal. O que é aconselhado nas citadas diretrizes são medidas usuais em países em estado de guerra, que possuem serviço militar obrigatório e não somente em ditaduras.

Elas não são por isso, de modo algum, desculpáveis. O que as torna tão terrí-

veis, é o fato de que os neuróticos de guerra, que não eram “curados” logo e eram tidos como “incuráveis”, ou seja, classificados de “gravemente anormais”, ficavam conseqüentemente expostos a um terrível tratamento (Veja indicações exatas em Klausch, 1995). Naturalmente os assinantes das diretrizes sabiam qual o destino de que estariam ameaçados os doentes que fossem classificados de “recaídas permanentes” ou “gravemente anormais”.

Por isso, os seus conselhos são indesculpáveis. Nota-se, no entanto, que as diretrizes em si são contraditórias. O texto fala de decisão quando se trata em princípio do diagnóstico médico. Daí vale questionar essas posições contraditórias, como é que elas podem ser esclarecidas e consideradas.

A maneira compreensível como é justificado nas diretrizes que, sob o ponto de vista neuropsicológico, reações anormais podem ocorrer, normalmente, também em pessoas completamente sadias e que, por isso, não se deveria difamar em geral os doentes – não combina com as rigorosas medidas aconselhadas.

Como acha Roth, de fato “essa resolução parece consideravelmente reservada no teor” (Roth, 1987: 55). Isto ainda precisa ser esclarecido, uma vez que um julgamento indulgente de neuróticos de guerra não corresponde às tradições da psiquiatria militar.

Como mostra principalmente K.H. Roth, havia durante a guerra uma luta permanente de poder entre os psicoterapeutas médicos e psicólogos ligados ao “Instituto Göring” e os neuropsiquiatras

(Roth, 1987). Estes últimos eram profissionais fanáticos, que defendiam como apropriados os métodos brutais de tratamento da I Guerra Mundial, inclusive tortura, usados tradicionalmente na psiquiatria militar. Em contraposição, os psicoterapeutas e psiquiatras ligados ao “Instituto Göring” aconselhavam a adoção de métodos brandos de tratamento com os doentes. Esta foi também uma razão porque eles se dedicaram à Força Aérea, uma força militar nova e altamente técnica. Os adeptos da psiquiatria tradicional ainda não se haviam estabelecido nela e assim não podiam ganhar muita influência. Os seus chefes do alto comando tinham compreendido que era um absurdo “querer curar e recuperar para a atividade de vôo de combate, por meio de torturas elétricas, membros da tripulação de aviões altamente complicados de caça e bombardeio atingidos em combate” (Roth, 1987: 48). Esta opinião foi mantida mesmo depois da guerra ser declarada “guerra total” (Veja a seguir).

As diretrizes contém portanto um compromisso entre as posições contrárias acima citadas. Surpreendentemente, parece que os psicoterapeutas conseguiram fazer valer a sua visão das coisas e em parte a sua terminologia. Uma atitude que lhes deve ser creditada positivamente, se não se pretender que eles também poderiam ter-se esquivado inteiramente de uma tomada de posição desse tipo.

O fato que as diretrizes foram formuladas tão contraditórias e reservadas se deve principalmente a que nessa época

“a chancelaria do Führer” recomendava preferencialmente mais um tipo de intervenção “branda” (Roth, 1987: 151). Mais tarde, foram formuladas novas diretrizes que previam inclusive a remoção para campos de concentração dos soldados que “fracassassem” em unidades especiais ou batalhões especiais de campanha.

Os “psiquiatras consultores” tiveram um papel substancial na intensificação das medidas repressivas durante os anos da guerra. Mas os psicoterapeutas do Instituto se ativeram ao seu conjunto de medidas terapêuticas gradativas.

Uma “instrução” aos médicos da Força Aérea, redigida por J. H. Schultz no outono de 1944, documenta quão grande era a contradição entre as diretrizes dos “psiquiatras consultores”, que foram aumentadas pela última vez numa reunião realizada em maio de 1944, e a opinião dos psicoterapeutas do Instituto. Nela se nota mais uma vez a posição dos psicoterapeutas do Instituto. Schultz insiste no uso do termo “neurose de guerra”, proibido desde junho desse ano, com o argumento que a neurose seria basicamente curável, mas não por meio de “uma força de vontade intensificada conscientemente”, uma vez que a neurose “sempre contém momentos involuntários”. Ele justifica ainda que as neuroses não seriam hereditárias “apenas a disposição interna para tais distúrbios, o que não deve significar de modo algum uma inferioridade. Ao contrário, que pessoas muito conscienciosas, muito sensíveis, de um sentimento profundo de honra e de índole bastante

acessível, estariam mais sujeitas ao perigo de serem ‘magoadas’, do que as de natureza apática, indiferentes, extremamente robustas”. E conclui que “o doente neurótico constitui de um certo modo parte de uma elite”.

Havia muitas diferenças no procedimento de fato dos psicoterapeutas do Instituto para com seus pacientes por vários motivos. Principalmente quanto às atitudes individuais para com o regime nazista. Entre os últimos dois e três anos da II Guerra Mundial foram enviados cada vez mais membros das Forças Armadas ao Instituto para serem examinados. Embora – “todos os colaboradores do Instituto tenham sido expressamente advertidos de comunicar a Göring suas eventuais opiniões negativas sobre pacientes, para que ele tomasse as medidas necessárias” (Hermanns, 1989: 29) – parece plausível, se levarmos em conta a opinião e o teor da instrução de Schultz, que alguns membros tenham pretendido na retrospectiva que davam mais importância à ajuda individual ao paciente do que “à exigência das Forças Armadas de se restabelecer a sua capacidade de combate” (Dräger, 1971: 266). O próprio Kemper justificou mais tarde várias vezes com esse pretexto de ajuda o seu trabalho no Instituto. Ele e outros teriam “podido fazer o bem algumas vezes e evitar algumas vezes o pior” na Policlínica, que ele classifica de “pequena ilha” (Kemper, 1967). Segundo as suas indicações, entre 100 e 200 pacientes puderam ser salvos da perseguição militar ou policial por um processo de vai-e-vem de transferência

com a colaboração de oficiais sanitaristas, que haviam feito parcialmente a sua formação no Instituto e trabalhavam na direção de hospitais militares em Berlim e arredores (Cocks, 1997: 322). Num caso, Kemper se deixou inclusive certificar por escrito a ajuda que prestou a um paciente, pelo próprio, vinte anos mais tarde.

Segundo uma carta do mesmo, Kemper teria salvo não somente a vida dele, mas também de outras pessoas, inclusive um major e um general, citados nominalmente. Nesse caso teriam tido participação também outros colegas seus (Prof. Schultz e Dr. Kühnel).

SIGILO SOBRE O PASSADO

Não é possível se julgar aqui se é válida a alegação de que, no Brasil, Kemper nunca teria falado do seu passado na Alemanha Nazista. Ela é sempre apresentada como uma acusação grave. Supõe-se que Kemper nunca contou nada, porque tinha algo a esconder. A acusação não parece muito convincente porque, ao mesmo tempo, se pretende que Kemper deveria ter contado algo aos seus analisandos. A quem e quando ele poderia ou deveria ter contado o quê?

Análises didáticas ou tratamento psicanalítico não são indubitavelmente ocasiões propícias para uma apresentação autobiográfica do analista. Mas mesmo admitindo que Kemper depois de um certo tempo poderia ter falado sobre seu passado com seus colegas e ex-analisandos, e não o fez, não se pode deduzir forçosamente disso, que ele não o fez porque tinha algo a esconder.

Não é razoável atribuir-lhe tanta falta de habilidade. Ele se referiu várias vezes em suas publicações em alemão ao tempo do nazismo (Kemper, 1965; Kemper, 1942/1975; Kemper, 1967; Kemper, 1973). Estas publicações comprovam que ele se dedicou algumas vezes a essa parte de sua biografia. Toca no assunto inclusive quando não há forçosamente razão para isso (Kemper, 1965). Ele caracteriza a época do nazismo sem retoques como uma época de crimes “desumanos inimagináveis”, “praticados com sóbria e calculada perfeição técnica”. Refere-se inclusive aos campos de concentração, às torturas brutais, à eliminação sistemática de grupos étnicos e doentes mentais etc. (Kemper, 1973b). Sobretudo, Kemper não contestou que se adaptou ao regime nazista. Ele se justificou nesse sentido referindo-se ao caráter totalitário do regime:

Uma tal adaptação não é certamente uma atitude heróica. Todavia incentivar e exibir heroísmo numa democracia e em tempos de direitos humanos garantidos não é difícil (citado em Köhler, 1988: 19).

Como comprovam as citações acima, pode-se pretender no máximo que Kemper se manifestou de uma forma limitada, mas não que ele não se tenha manifestado “sobre o seu envolvimento naquelas circunstâncias” porque ele próprio se via como uma “vítima” do nazismo e um membro da “comunidade dos salvadores da psicanálise” (Lockot, 1985). Certamente sentia-se também vítima, embora a sua adaptação lhe tenha sido proveitosa, pelo menos no que diz respeito às suas condições de vida.

Ele atribui menos importância ao aspecto da “salvação” da psicanálise, do que ao proveito da cooperação forçada entre as diversas escolas terapêuticas, o qual acentuou muitas vezes. Na sua opinião, essa cooperação teria possibilitado que

... se unissem as posições principais de acordo com o seu peso equivalente num nível mais completo e mais alto. Não para criar uma ciência da psicoterapia alemã, baseada na psicologia das raças, como o regime nazista nos queria forçar.

Mas para criar uma obra que fosse, tanto como estrutura científica quanto como método terapêutico, não só mais completa e mais efetiva do que as anteriores, mas que também pudesse entrar finalmente na discussão, que há muito já deveria ter sido iniciada, da reconhecida ciência dentro e fora do país (Kemper, 1947: 68).

Nesta avaliação espantosa para um “freudiano ortodoxo”, Kemper se refere provavelmente às tendências que possibilitaram aos psicoterapeutas de se afirmarem como um grupo profissional e que foram interpretadas como um processo de profissionalização dos mesmos (Cocks, 1985).

É óbvio que Kemper diminuiu o seu envolvimento no regime nazista na retrospectiva e não estava a fim de reconhecer completamente a problemática de sua colaboração na época no Instituto Göring, tanto quanto a própria adaptação da psicanálise ao regime. Ele lamentou “ter sido ingênuo no começo” e a cegueira com que durante muito tempo avaliou os nazistas.

Porém, nunca mencionou concretamente o seu comportamento problemático de adaptação pessoal na época, como a

ruptura da relação com os colegas judeus, a capitulação moral diante da ideologia racial dos nazistas, adotando critérios racistas nas fichas de diagnóstico médico etc. Ele se referiu apenas em termos gerais às “crescentes pressões físicas, e sobretudo psíquicas, vividas durante os anos de ditadura” (Kemper, 1942/1975). Nas suas lembranças, ele avalia os seus colegas do “Görling Institut” conscientemente de uma maneira não crítica, e os caracteriza como “uma série de personalidades marcantes”, “mesmo que se tenha algo contra para criticá-los sob o ponto de vista humano ou científico” (Kemper, 1973b).

Defendeu muitas vezes o amigo Schultz-Hencke contra a acusação de oportunista. Também na maneira como julgava o chefe do Instituto, Mathias Göring, não considerava o seu papel objetivo no regime criminoso. Kemper julgou com bastante indulgência a sua profissão de fé ao nazismo e o seu engajamento “na missão do regime”, achando que Göring tentava cumprir a sua missão de uma maneira “compatível com suas idéias nazistas, mas ao mesmo tempo com uma visão cristã, pietista de mundo, contrária à visão violenta e fanática dos nazistas”.

Kemper se ocupou da questão do nazismo ainda algumas vezes, principalmente nos seus últimos anos. Fez comparações entre determinadas seitas fanáticas brasileiras que faziam sacrifícios de sangue e as massas fanatizadas pelo fascismo de Hitler, embora lhe parecessem claros os limites de sua comparação, em

vista das diferenças culturais e das desiguais dimensões do horror (Kemper, 1965).

O seu ensaio “Die Doppelsichtigkeit von Tatbeständen” (A dupla face dos fatos) é muito revelador no que diz respeito à sua opinião mais tarde sobre o nazismo (Kemper, 1964b). Ele descreve nele a sua atividade no Rio de Janeiro como perito para a “United Restitution Organisation” (URO). Nessa função, ele teve de dar um parecer sobre o pedido de indenização de uma senhora que, na Alemanha Nazista havia sobrevivido a trabalhos forçados, gueto, campo de concentração em Auschwitz e Bergen-Belsen e depois de sua libertação, emigrara em 1946 para o Brasil. Após um processo que se estendera durante anos, lhe fora concedida com base num parecer de dois médicos, em vista de seus distúrbios psicossomáticos e incapacidade de trabalho, uma indenização que cobria apenas os custos do seu tratamento. E lhe fora recusado o direito a uma aposentadoria ou indenização em dinheiro “porque a redução de sua capacidade de trabalho em decorrência da perseguição sofrida, havia sido avaliada a partir de janeiro de 1949 em menos de 25 por cento”. A maneira como Kemper, na qualidade de terceiro perito, reconstrói com base em entrevistas com a requerente a origem do sofrimento da mesma, e como aponta erros nos pareceres anteriores na maneira de pensar e interpretar, comprova como ele, ao contrário de muitos colegas nessa função, possuía uma capacidade de empatia para com vítimas

do nazismo, que tinham sido prejudicadas “de forma cruel” no corpo e na alma, em decorrência de uma “injustiça inaudita” (Kemper, 1964b: 547).

INCOMPETÊNCIA

As acusações que pesam sobre Kemper, de erros graves de caráter e profissionais, levam a supor que se poderia provar também extremas deficiências quanto à sua competência psicanalítica. O psicanalista brasileiro Hécio Mattos dedicou-se ao estudo de Kemper sob este aspecto. Na sua tese de doutorado editada na França “Mythes Fondateurs de la Psychanalyse au Brésil” (Mitos fundadores da psicanálise no Brasil), (Mattos, 1996), ele analisa ao longo de cerca de cinquenta páginas o ensaio de Kemper “Der Patient schweigt” (O silêncio do paciente) (Kemper, 1948). A escolha do objeto de Mattos é com efeito muito boa, uma vez que o próprio Kemper o citou como um dos seus ensaios que, na retrospectiva, mais apreciava (Kemper, 1973b: 342). Mattos não deve ter tido no entanto uma grande escolha à disposição, segundo as suas indicações bibliográficas.

Ele nomeia somente duas outras publicações de Kemper (em português, Kemper, 1964a; Kemper, 1960) e parece desconhecer todas as demais. No caso, o seu problema de não saber a língua alemã tem o agravante que a tradução em português do ensaio em questão não é fidedigna.

O assunto das reflexões de Kemper no ensaio “uma situação típica no trabalho psicoterapêutico-analítico”, justamente

“o silêncio do paciente”, vira na tradução uma situação típica da “prática psicanalítica”. As noções são trocadas freqüentemente pelo tradutor quando, na reflexão de Kemper, se trata de terapia psicanalítica para psicanálise. Fala-se erradamente de “prática analítica”, “trabalho psicanalítico” etc. ou traduz-se às vezes até a palavra “Arbeit” (trabalho) por “análise”. Neste sentido, a tradução dá a impressão de que Kemper se refere de fato à psicanálise no seu sentido restrito de psicoterapia. Daí Mattos deduz que Kemper considerava a sua regra fundamental “apenas como um simples instrumento técnico” (Mattos, 1996: 311). Kemper encobriria e não levaria em conta as causas externas, principalmente as condições de guerra, que tornavam impossível o trabalho psicanalítico. Em vez disso, propunha como “soluções”, “mecanismos de adaptação puramente técnicos”. Dessa forma Kemper avaliaria o direito do paciente ao silêncio, acima da regra fundamental da psicanálise (idem, p. 315). Portanto, o fundamento da teoria da psicanálise teria sido alterado nas suas reflexões (Mattos, 1996: 301).

Mattos constata, com razão, a psicoterapêutica da psicanálise no “Instituto Göring”. Porém, a sua acusação enfática contra Kemper, de que na psicanálise se tem de manter de forma conseqüente a sua regra fundamental, não se justifica enquanto isto não seja considerado uma condição indispensável na psicoterapia psicanalítica.

As reflexões de Kemper vêm do fato que ele mesmo trabalhou em terapia com

pacientes, que eram obrigados a manter sigilo sobre certos assuntos. Ele compreendeu o problema que isso representava para o trabalho terapêutico e tentou então uma solução de emergência. Para que “o curso das idéias expressas livremente na hora se mantivesse transparente para ele” (o terapeuta, H.F.), ele tinha de saber pelo menos quando o paciente silenciava sobre algo. “Como conseqüência prática resulta que, cada vez que o paciente omite no curso de uma hora uma idéia relacionada à sua obrigação de sigilo, então que ele comunique expressamente que silenciou algo” (Kemper, 1948: 506).

Sem dúvida, um método precário mesmo em psicoterapia, mas que só se pode desaprovar por princípio, se, em geral, se acha que pessoas portadoras de segredos profissionais ou que têm conhecimento de crimes não deveriam ser tratadas psicoterapeuticamente.

À medida que Mattos não percebe que Kemper se refere explicitamente à terapia psicanalítica e não a uma “análise normal”, ele se envolve em argumentações insustentáveis. Na verdade, ele deveria ter notado que, em várias passagens em português do ensaio, fala-se de “terapeuta” e inclusive se compara “trabalho psicoterapêutico-psicanalítico” com “análise normal” (Kemper, 1948: 505).

Sobretudo, ele deveria ter notado as implicações curiosas de sua conclusão, uma vez baseadas numa falsa premissa. Um exemplo: Kemper cita a seguinte possibilidade entre numerosas variantes de “silêncio” – “Tal compor-

tamento de não se falar sobre segredos de um terceiro sem que este o permita explicitamente, muito respeitável na vida particular, pode ser mantido pelo paciente também na análise como uma exceção natural da regra fundamental. O terapeuta sempre deve pensar em tais possibilidades”.

Mattos comenta essa passagem da seguinte maneira: “Ele (Kemper, H.F.) acaba aceitando explicitamente o silêncio em relação a uma terceira pessoa ‘como uma exceção natural da regra fundamental’, utilizando argumentos de ordem moral”. Mattos ignora a observação final de Kemper de que “o terapeuta deve sempre pensar em tais possibilidades”. É compreensível, à medida que ele tenta provar o contrário do que Kemper diz. De acordo com a sua argumentação, essa frase deveria significar que o terapeuta deve sempre pensar que a regra fundamental não precisa ser sempre respeitada.

Mattos separa às vezes trechos de passagens para comprovar sua falsa premissa e assim divide afirmações de Kemper, que não combinam com a interpretação do mesmo. Depois, elas servem para Mattos como prova da contradição de Kemper, à medida que ele recorre novamente ao tema.

Várias vezes ele atribui a Kemper exatamente o contrário do que ele afirma. Em várias passagens fica claro que se trata principalmente de preconceito.

Um exemplo: Kemper se refere ao passado nazista e “à obrigatoriedade de sigilo sobre certos assuntos profissionais” que colocava certos pacientes “frente a

um dilema praticamente insolúvel: de um lado, seu juramento profissional; de outro, a regra fundamental da análise de ‘dizer tudo’”. Mattos faz a seguinte pergunta: “Por que é só o paciente que se encontra no caso diante de um dilema insolúvel, não o analista, ou não os dois?” (Mattos, 1996: 311).

Ele não se refere aí à observação que Kemper faz sobre o silêncio do terapeuta (Veja abaixo). Obviamente, ele também não tem na cabeça o raciocínio absurdo, que também o analista devesse dizer realmente tudo. A pergunta serve apenas para umas alusões vagas em relação ao caso Rittmeister e ao fato que Erna Göring fazia análise com o próprio Kemper. Ele deduz daí algumas conclusões, cuja “pointe” consiste na suposição de que Kemper deve ter sido mesmo interessado que os seus pacientes não falassem sobre certos assuntos. Pois: “... não se deve esquecer, que o conhecimento de segredos incluía a possibilidade de ser chamado para depor em Nuremberg ou como testemunha ou como cúmplice” (idem, p. 324). Esta justificativa é pouco convincente, mas, em compensação, revela a fantasia do autor em relação à importância de Kemper na Alemanha Nazista.

Por outro lado, o fato que Kemper não refletiu no caso sobre o interesse do analista no silêncio do paciente, deveria merecer maiores considerações.

Porém, sob pontos de vista completamente diferentes. Antes de tudo, porque simplesmente podia ser perigoso num regime totalitário ficar sabendo de atividades dirigidas contra o regime e não

denunciá-las. Outra razão muito concreta podia ser a indagação que sem dúvida se faria em relação à prisão de Rittmeister, se Kemper sabia de suas atividades na resistência.

Kemper teve muito medo disso e viveu algumas semanas desagradáveis, até se convencer de que “nada se sucederia” (Kemper, 1973a).

Mattos também tenta provar que Kemper só conhecia um “inconsciente descritivo”. Isto descreditaria Kemper completamente, além de moralmente, também quanto à sua competência de psicanalista. Porém a argumentação não convence absolutamente. Um exemplo: Kemper tenta construir uma visão dos diversos tipos e formas de silêncio. Ele diferencia primeiramente entre “ocultar uma coisa e silenciar”. No primeiro caso haveria quase sempre uma intenção proposital e má, mas poderia ocorrer também não intencionalmente e “de boa fé”. O verdadeiro silenciar seria “a expressão de uma resistência consciente, parcialmente consciente ou inconsciente do paciente” (Kemper, 1948: 505). Mattos escreve

... aí surge o problema lançado pelo próprio Dr. Kemper da distinção entre uma resistência consciente e uma resistência inconsciente. A primeira seria em que o motivo apresentado consciente não teria nenhuma causa inconsciente. Uma tal afirmação tem a sua correlação teórica numa separação absoluta entre os processos conscientes e inconscientes, o que pressupõe, que se aceite, que existe uma transposição de um sistema para o outro sem deixar restos. São formas de compreensão que combinam com a concepção descritti-

va da diferença entre consciente e inconsciente, sem insistir sobre aquilo que distingue os dois processos (Mattos, *idem* p. 306).

Por que razão Mattos acredita que a diferenciação a que se refere Kemper deve ser considerada em termos absolutos, resta incompreensível.

Mattos poderia ter-se poupado muitos esforços de interpretação, se tivesse se informado sobre as publicações de Kemper, interessantes para a sua tese, de que ele conheceria só um inconsciente descritivo. Trata-se sobretudo das suas publicações sobre a questão da transferência e contratransferência.

Elas documentam mais do que suficientemente que Kemper se orientava na teoria dos impulsos e a importância que ele dava aos processos de transferência e contratransferência. E não que ele, ao mesmo tempo, tenha feito prevalecer um inconsciente estático-descritivo (Kemper, 1953/54; Kemper, 1954/55; Kemper, 1969). Inclusive numa passagem do tão criticado ensaio por Mattos, Kemper fala explicitamente sobre isso. Após referir-se rapidamente à questão do silêncio do terapeuta e seu problema, ele escreve:

... seria interessante como contraponto a este trabalho – “O silêncio do paciente” – escrever um ensaio sobre o “O silêncio do analista”. O tema da contratransferência, um pouco desconsiderado, teria um papel muito grande nele (*idem*, p. 518).

“SEGUIDOR” DO NAZISMO

Kemper não foi com certeza um “Mitläufer” (“seguidor”) do regime na-

zista, no sentido jurídico dos processos de desnazificação, nos quais se diferenciavam cinco categorias: 1. culpado; 2. comprometido (ativista); 3. pouco comprometido; 4. seguidor; 5. isento de culpa. Como ele não foi membro do Partido Nazista, não pertenceu a nenhuma organização nazista e nada havia de comprometedor em particular contra ele, foi considerado “isento de culpa”.

Na criação de novas instituições, após o fim da II Guerra, Kemper (juntamente com Schultz-Hencke) atentou então para que participassem só colegas descomprometidos politicamente.

Kemper foi no entanto “seguidor” no sentido literal da palavra, à medida que se adaptou ao regime. Já só essa razão implica numa certa cumplicidade para com os crimes cometidos pelo regime, como no caso de todas as pessoas na Alemanha que não fugiram ou não se opuseram ao mesmo. Se pretende-se avaliar essa culpa, tem-se de considerar que o regime totalitário produziu uma pressão de adaptação muito forte. Para a geração posterior é difícil avaliar em que medida uma adaptação podia ser evitada, se a pessoa não queria expor-se ao perigo, e até que ponto teria sido preciso mais coragem civil. Na crítica tem-se de ter cuidado de não julgar por si com uma falsa pretensão. Mas também de, por falta de crítica, não se aceitar posteriormente como insignificante o comportamento de pessoas que tiveram participação nos acontecimentos dessa época.

Kemper confessou o seu medo, o que não o deixou agir heroicamente. Por jus-

tiça, tem-se de admitir igualmente no seu caso “que o fato que muitas pessoas não opuseram resistência, não é um fenômeno que necessita de esclarecimento; mas muito mais que, apesar de tudo, algumas pessoas tenham ousado resistência, é que precisa de um esclarecimento” (Lohmann; Rosenkötter, 1984: 60).

É evidente, no que concerne a crítica ao comportamento de Kemper, que frequentemente ela parte de uma atitude preconceituosa. Não só no que diz respeito às acusações difamatórias difundidas sobre ele no Brasil e na França. Inclusive em autores alemães, constata-se um certo preconceito.

Por exemplo, Friedrich pretende que Kemper em sua descrição do fim do “Instituto Göring” em abril de 1945 quisesse “então por um ponto final ao período nazista” (Friedrich, 1987: 221). Na verdade, Kemper diz que, com a “destruição” do Instituto “fatalmente foi posto um ponto final” “num desenvolvimento que nos últimos anos causara crescente preocupação naqueles que refletiam sobre o seu caráter, por visar uma aplicação ampla e um efeito, sobretudo como ocorreu por força nos anos da guerra, sem falar de certas tendências políticas” (Kemper, 1945/1947). Como mostram as suas frases seguintes a respeito de um novo desenvolvimento, que se teria realizado às ocultas, ele se refere antes ao ponto final ocorrido no desenvolvimento de uma variante da psicoterapia dominante no nazismo e não em relação ao nazismo.

Lockot lida da mesma maneira com uma

citação de Kemper. Referindo-se a uma outra publicação, ela critica, apesar de com toda razão, que Kemper atribui a destruição do Instituto “por assim dizer a um poder anônimo”.

Mas acrescenta que Kemper “dessa maneira oculta a sua ambivalência, que transparece num outro trabalho (“o silêncio do paciente”). A Alemanha do ‘Dritte Reich’ revela-se mais uma vez como parte de uma força que visa o mal, mas que produz mesmo assim o bem” (Lockot, 1994: 58). Kemper, todavia, diz referindo-se à fusão forçada pelos nazistas das diversas variantes de psicologia de profundidade que “aqui a Alemanha do ‘Dritte Reich’ revela-se excepcionalmente uma vez como parte de uma força... etc.”

Cocks também nos mostra como é difícil julgar uma figura como Kemper. Nota-se praticamente um processo de transformação de sua opinião ao longo de suas observações. Nas suas primeiras publicações, ele julga de maneira pouco crítica o envolvimento dos membros do “Instituto Göring” no regime nazista.

Inclusive o próprio Kemper, para com quem ele se sentia particularmente agradecido por tê-lo ajudado na obtenção de material (Cocks, 1975: vii). Posteriormente, influenciado por novas publicações críticas, ele revida a sua primeira avaliação e julga então de uma maneira mais crítica alguns procedimentos, porém nem sempre corretamente. Por exemplo, quando ele considera a participação de Kemper e Schultz-Hencke nos dois encontros realizados em Ber-

lim na zona de ocupação soviética como prova suficiente para afirmar que os dois teriam colaborado “na organização de uma psicoterapia no setor russo de Berlim” (Cocks, 1997: 374).

Cocks parece então já não se sentir mais seguro dos critérios, nos quais ele teria de se orientar em sua avaliação. Ele se admira, por exemplo, de que Rittmeister pudesse atuar na resistência e ao mesmo tempo sentir satisfação no seu trabalho na Policlínica do Instituto (Cocks, 1997: 380). E partindo da constatação de que peritos eram muito úteis ao regime, para ele é uma questão aberta quem apoiava de forma efetiva o regime: o psicoterapeuta incompetente, filiado ao partido nazista, ou o psicoterapeuta, em princípio contra os nazistas, mas que fazia bem o seu trabalho terapêutico (idem, p. 381). Obviamente Cocks desconhece a importância da profissão de fé ideológica para o sistema. Talvez a tivesse reconhecido, se tivesse feito uma relação com outros grupos profissionais, como professores universitários ou padeiros etc. Quem se declarava adepto da ideologia nazista, apoiava como nazista o sistema. Quem trabalhava na sua competência de perito, não apoiava automática e diretamente por isso o sistema e a sua ideologia e não fortaleceu por isso o regime. Dependia dos objetivos que o trabalho visava. Em primeira linha, ele contribuía para o funcionamento da sociedade na qual existiam também tendências indesejáveis da parte do regime e contrárias ao mesmo, que eram reprimidas. É uma diferença essencial se alguém se decla-

ra por convicção em favor do criminoso regime e de sua ideologia ou se tenta adaptar-se para sobreviver.

Possivelmente foi um ensaio de Friedrich, que Cocks cita, que contribuiu para a sua posterior mudança de atitude. Nele, Friedrich duvida de uma avaliação de Cocks feita no início da década de oitenta sobre os psicanalistas que haviam permanecido na Alemanha durante o nazismo.

Segundo Cocks, eles “teriam constituído o grupo menos contaminado no sistema dentre os psicoterapeutas no processo de institucionalização e profissionalização dos mesmos”. Friedrich pergunta se, ao contrário, “não teriam sido justamente os psicanalistas que se afastaram o mais distante das posições teóricas anteriores a 1933 de sua ciência e, considerando o nível que a ciência psicanalítica já se encontrava antes de 1933, se não teriam sido eles próprios que realizaram o maior esforço para sua integração na psicoterapia alemã, no conceito da ainda não claramente definida “nova ciência da psicoterapia alemã?” E a integração no sistema nazista não teria sido levada ainda mais adiante por Felix Boehm, Werner Kemper e Carl Müller-Braunschweig do que por Harald Schultz-Hencke, considerado até agora na história como o membro da DPG (Sociedade Psicanalítica Alemã) que mais se teria integrado no sistema nazista (...)? (Friedrich, 1987).

Tanto nesta questão, como na pergunta de Cocks, o critério decisivo para a avaliação de quem se teria feito de alguma maneira culpado, não é primordialmen-

te a concordância com as idéias e as ações dos nazistas.

Um outro critério ganha de maneira subreptícia uma importância central.

Não a questão da competência profissional do terapeuta, como em Cocks, mas a questão em que medida o psicanalista traiu a psicanálise. Esta tem no entanto uma importância inferior em relação à questão do “grau de culpabilidade” (Cocks, 1983) na adaptação ao regime criminoso. Todavia, o fato de ater-se à psicanálise, até onde isso era possível, “não pode ser avaliado como expressão de resistência política” (Bräutigam, 1984: 910).

Por outro lado, a simples redução da psicanálise ao nível de uma psicoterapia, que negava a sua origem freudiana, não pode ser decisiva na avaliação do envolvimento do psicanalista no sistema nazista. Isto também fizeram, em outras épocas, psicanalistas sem ser forçados e por motivos completamente diferentes. A culpabilidade resulta essencialmente do fato que essa redução foi relacionada à participação da psicanálise na “arianização”, na neutralização da visão de mundo e até no comprometimento da teoria da psicanálise, inclusive de seu funcionamento quase sem atrito, de acordo com as diretivas do sistema nazista.

Para se poder avaliar individualmente o “grau de culpabilidade”, teria de se considerar o comportamento inteiro de cada psicanalista que participou nesse processo. “Sabemos no entanto que entre resistência e colaboração havia outras modalidades praticadas pelas pessoas,

não somente psicanalistas, que tinham de viver sob a ditadura de Hitler” (Dahmer, 1989: 206). Kemper é um exemplo. Obviamente não se pode julgá-lo de maneira adequada, se, por um lado, se faz isto somente sob o ponto de vista do seu comprometimento no regime nazista por força de sua adaptação ou, por outro, por ele não ter, como Rittmeister, ousado uma resistência política. No seu comportamento há, incontestavelmente, atitudes que têm de ser criticadas. Como ele não foi capaz de reconhecer mais claramente na retrospectiva a parte de culpa que lhe cabia no processo de adaptação da psicanálise. Isto é lamentável, embora este comportamento tenha sido típico numa sociedade que se revelou em geral incapaz de trabalhar o seu luto (Mitscherlich, 1967). No caso de Kemper, isto talvez se explique psicologicamente, não só porque assim ele podia evitar os sentimentos que nele poderiam causar uma confrontação com as recordações relacionadas, por exemplo, ao seu procedimento na época para com os colegas judeus, conforme já relatado, lhe ocorreu em Budapeste.

Mas também porque isto com certeza tem a ver com “a economia psíquica até hoje não descrita psicanaliticamente das pessoas que não cederam, ou o fizeram apenas parcialmente ou por pouco tempo, à ideologia nazista, apoiada coletivamente”. Sobretudo que elas vivenciaram nos últimos anos da II Guerra Mundial “afetos de raiva impotente, de desamparado furor, de repugnância, medo e pesar...” (Dräger, 1971: 259). A isso ainda se somaram nos primeiros anos do

pós-guerra, fome, falta de moradia e outras privações. Essas pessoas se sentiram sobretudo mais como vítimas do que dispostas a se questionar sobre a própria culpa.

Há certamente contradições no comportamento de Kemper. Mas, no total, há muitas indicações de que provavelmente ele não deve ter tido a mínima simpatia pelo regime nazista e a sua ideologia. O seu procedimento para com Reich, Lotte Liebeck, Edith Jacobson e Rittmeister; a sua relação com Fenichel e a sua função de informante para ele e seu movimento; os depoimentos de pessoas de confiança desse tempo; o seu procedimento como chefe da Policlínica e outros indícios, exprimem o contrário e provam que ele não foi simplesmente um “seguidor” do nazismo. À medida que é possível se avaliar o seu procedimento no nazismo, com base nas informações que me foram acessíveis aqui documentadas, ele pode merecer crítica, mas as acusações em que se contesta a integridade de sua pessoa, não se justificam.

O CASO KEMPER

O que se pode aprender do “caso Kemper” considerando as circunstâncias acima relatadas que transformaram o psicanalista Kemper num caso?

Obviamente nada, se toma-se conhecimento de apenas uma parte dos fatos, se substitui-se a falta de informações por especulações e se interpreta-se aquilo que, no seu comportamento, há de fato a criticar, somente como expressão de falta de caráter, oportunismo, carrei-

rismo, covardia, denúncia, tendência autoritária etc. Mas o “caso Kemper” denota algo de exemplar em si.

Reconhecer isto, exige que se compreenda e se critique como foi possível que Kemper e alguns outros psicanalistas, não apenas alemães, puderam acreditar e durante tanto tempo ater-se a esse engano, que a psicanálise poderia ser “salva” por meio da sua adaptação ao sistema nazista?

E como foi possível que, apesar de tudo, mesmo na retrospectiva eles pretendessem que haviam conseguido isso e enganando-se a si mesmos por tanto tempo, nem constatassem nisso nenhuma contradição?

Com certeza isto tinha, e tem, a ver essencialmente com falta de reflexão política e falta de visão para os problemas sociais. Mas na confrontação com o fascismo isso não se revela como um problema particular de pessoas como Kemper, embora tenham existido também psicanalistas, como Bernfeld e Reich, interessados nas teorias sociais, que reconheceram relativamente cedo com quem se tinha a ver com os nazistas. Tais problemas faziam parte da compreensão dominante da psicanálise, que Robert Castel denominou de psicanalismo (Castel, 1973). É o resultado da abstração da psicanálise dos seus objetivos político-sociais, de suas determinantes socioeconômicas, de suas pressões institucionais e de sua responsabilidade social. Esta atitude é ainda muito difundida. A interpretação do escândalo de tortura no Rio de Janeiro como consequência de características

peçoais e procedimentos de Kemper é apenas um comprovante entre muitos. ■

BIBLIOGRAFIA

- BAUMEYER, F. Zur Geschichte der Psychoanalyse in Deutschland. 60. Jahre Deutsche Psychoanalytische Gesellschaft. In: *Zschr. Psychosom. Med. Psychoanal.*, vol. 17, 1971, pp. 203-240.
- BERGER, G. Die beratenden Psychiater des deutschen Heeres 1939-1945. Ffm. 1998.
- BOHLEBER, W. Zur Geschichte der Psychoanalyse in Stuttgart. In: *Psyche*, vol. 5, 1986, pp. 377-411.
- BRÄUTIGAM, W. Rückblick auf das Jahr 1942. Betrachtungen eines psychanalytischen Ausbildungskandidaten des Berliner Instituts der Kriegsjahre. In: *Psyche*, vol. 10, 1984, pp. 905-914.
- _____. Leben und Sterben John Rittmeister. In: TELLER, C. (ed.): John Rittmeister. "Hier brennt doch die Welt" (143-179). Gütersloh. Jakob van Hoddis, 1992.
- BRECHT, K. La psychanalyse sous l'Allemagne nazie: adaptation à l'institution, relations entre psychanalystes juifs et non juifs. In: *Revue internationale d'histoire de la psychanalyse*, vol. 1, 1988, pp. 95-107.
- _____; FRIEDRICH, V.; HERMANN, L., M., et alii. "Hier geht das Leben auf eine sehr merkwürdige Weise weiter..." Zur Geschichte der Psychoanalyse in Deutschland. Hamburg (Michael Kellner). 1985.
- CASTEL, R. *Le psychanalyste*. Paris: Maspéro, 1973.
- COCKS, G. *Psyche and Swastika*. Neue Deutsche Seelenheilkunde 1933-1945. Los Angeles, 1975.
- _____. Psychoanalyse, Psychotherapie und Nationalsozialismus. In: *Psyche*, vol. 12, 1983, pp. 1057-1106.
- _____. *Psychotherapy in the Third Reich*. The Göring Institute. New York: Oxford (Oxford Univ. Press), 1985.
- _____. *Psychotherapy in the Third Reich*. New Jersey (Transaction Publishers), 1997.
- CREMERIUS, J. Der Psychoanalytiker als Militärpsychiater. Offener Brief an Peter Kutter. In: *Psyche*, vol. 43, 1989, pp. 558-563.
- DAHMER, H. *Psychoanalyse ohne Grenzen*. Freiburg: Kore, 1989.
- DRÄGER, K. Bemerkungen zu den Zeitumständen und zum Schicksal der Psychoanalyse und der Psychotherapie in Deutschland zwischen 1933 und 1949. In: *Psyche* 25, Sonderheft 4, 1971, pp. 255-268.
- EISSLER, K.R. (1963/64). Die Ermordung wievieler seiner Kinder muß ein Mensch symptomfrei ertragen können, um eine normale Konstitution zu haben? In: LOHMANN, H.-M. (ed.): *Psychoanalyse und Nationalsozialismus*, 1984, pp. 159-209. Ffm.
- ERNST, A. Die beste Prophylaxe ist der Sozialismus. Ärzte und medizinische Hochschullehrer in der SBZ/DDR 1945-1961. Münster, 1997.
- EVARD, J.-L. (ed.). *Les années brunes. La psychanalyse sous le IIIe Reich*. Paris: Confrontation, 1984.
- FEINER, A. H. The Dilemma of Integrity. In:

- Contemporary Psychoanalysis*, vol. 11, 1975, pp. 501-509.
- FÉNICHEL, O. *119 Rundbriefe (1934-1945)*. Ffm. Basel: Stroemfeld, 1998. 2 vv.
- FÉRAL, T. *Nazisme et psychanalyse*. Paris: La Pensée universelle, 1987.
- FRIEDRICH, V. Psychoanalyse im Nationalsozialismus. Vom Widerspruch zur Gleichschaltung. In: *Jahrbuch der Psychoanalyse* 20, 1987, pp. 207-233.
- FÜCHTNER, H. Der Psychoanalytiker und der Guerillero. In: *Psychologie und Gesellschaft*, vol. 5, 1978, pp. 22-44.
- _____. Traurige Psychotropen? In: *Psyche*, vol. 7, 1984, pp. 605-626.
- _____. Tragische Psychotropen? In: *Psyche*, vol. 1, 1985, pp. 1150-1154.
- _____. Sobre a questão do suposto nazismo de Kemper. In: *Destacamento do grupo pró-ética*, vol. 13, 1997, pp. 24-26.
- GIDAL, T. N. (ed.). Die Freudianer. Auf dem 13. Int. Psychoanalytischen Kongress 1934 in Luzern. München/Wien: VIP, 1990.
- GÖRING, M. (ed.). *Deutsche Seel-eneilkunde*. Leipzig, 1934.
- GOSTOMSKI, V. v.; LOCH, W. Der Tod von Plötzensee. Erinnerungen – Ereignisse – Dokumente 1942-1945. Freising: Kyrios Meitingen, 1969.
- GRIEBEL, R.; COBURGER, M.; SCHEEL, H., et alii (ed.). *Erfasst? Das Gestapo-Album zur Roten Kapelle*. Halle: Audioscop, 1992.
- HERMANN, L.M. John F. Rittmeister und C.G. Jung. In: *Psyche*, vol. 11, 1982.
- HERMANN, L. Psychoanalytische Ausbildung am "Deutschen Institut für psychologische Forschung und Psychotherapie?" – Überlegungen am Beispiel, John F. Rittmeisters. In: *PSA-Info*, vol. 26, pp. 37-42, 1985.
- _____. Bedingungen und Grenzen wissenschaftlicher Produktivität bei Psychoanalytikern in Deutschland 1933 bis 1945 – mit einem exemplarischen Versuch über Alexander Metzger und sein Novalis-Projekt. In: *Jahrbuch der Psychoanalyse*, vol. 25, 1989, pp. 28-54.
- _____. Psychoanalytiker in Deutschland 1939-1945. Zwischen Anpassung und Widerstand. In: Juelich, D.(ed.): *Geschichte als Trauma*. Ffm., 1991.
- HÖCK, K. Psychotherapie in der DDR: Eine Dokumentation zum 30. Jahrestag der Republik. Teil I / Teil II. Berlin, 1979.
- HÖHNE, H. Kennwort: Direktor. Ffm., 1972.
- JACOBSON, E. Erinnerungen an das alte Berliner Psychoanalytische Institut. In: *Die Berliner Ärztekammer*, vol. 12, 1969.
- KATZ, C. (ed.). *Psicanálise e nazismo*. Rio de Janeiro: Taurus, 1985.
- KEMPER, J. Brief an die Psycho-analytische Gesellschaft von Rio de Janeiro. In: *Psyche*, vol. 11, 1988, pp. 1016-1020.
- KEMPER, W. Die Indikation zur Psychotherapie bei Neurosen. In: CURTIUS, O.(ed.): *Kongreßbericht über die zweite Tagung der Deutschen Allgemeinen Ärztlichen Gesellschaft für Psychotherapie*. (5-19). Düsseldorf, Knorsch, 1938.
- _____. (1939). Die Übertragung, ihre diagnostischen und therapeutischen Möglichkeiten. In: *Psychoanalyse*, vol. I, cad. 2, 1949/50.
- _____. (1942). Die Störungen der Liebesfähigkeit beim Weibe. *Klinik, Biologie und Psychologie der Geschlechtsfunktion*. Leipzig: Thieme,

- 1975.
- _____. Die Bedeutung des Seelischen für die Fruchtbarkeit des Menschen. In: *Die Medizinische Welt*, vol. Ano 17 n° 22/23 Juni 1943, pp. 423-429.
- _____. Weniger bekannte Aufgaben ärztlicher Eheberatung. In: *Deutsches Ärzteblatt*, vol. 74, 1944, pp. 166-169.
- _____. (1945). Die Seelenheilkunde in unserer Zeit. Ihre Entwicklung, ihr Stand, ihr Anspruch, ihre Aufgaben. Stuttgart: Klett Verlag, 1947.
- _____. Bericht über den Stand der Psychotherapie in Berlin. In: *Psyche*, vol. 1, 1947, pp. 156-159.
- _____. Bericht über den Londoner Congress on Mental Health vom 9-21. August 1948 (datilogr.).
- _____. Der Patient schweigt. In: *Psyche*, vol. 4, 1948, pp. 503-522.
- _____. (1948) O silêncio do paciente. In: *Jornal bras. de Psiquiatria*, Ano 30 n° 1, 61-71, 1981.
- _____. (1950). *Die funktionellen Sexualstörungen*. Stuttgart: Thieme, 1974.
- _____. A psicanálise como fator cultural. In: *Cultura* (MEC), ano 4, 1951, pp. 23-37.
- _____. Die Gegenübertragung. In: *Psyche*, vol. 10, 1953/54, pp. 593-626.
- _____. Die "Abstinenzregel" in der Psychoanalyse. In: *Psyche*, vol. 10, 1954/55, pp. 636-640.
- _____. *Der Traum und seine Bedeutung*. Reinbek: Rowohlt, 1955.
- _____. Psychoanalyse. Gegenwärtiger Stand und Entwicklungstendenzen in Südamerika. In: FRANKL, V. E.; GEBSATTEL, V. v.; SCHULTZ, I. H. (ed.), *Handbuch der Neurosenlehre und Psychotherapie in Theorie und Praxis*. vol. 1, 573-584. München/Berlin: Urban & Schwarzenberg, 1959.
- _____. ; RUDOLFER, N. d. S. Aplicações sociais e difusão da psicanálise. III Congresso Psicanalítico Latino-Americano, Chile, 1960. Paper presented at the Terceiro Congresso Psicanalítico Latino-Americano, Santiago do Chile.
- _____. Das Problem der Gleichzeitigkeit von Individual- und Gruppenanalyse. In: *Psyche*, vol. 5, 1964a, pp. 314-320.
- _____. Die Doppelgesichtigkeit von Tatbeständen. Zur Begutachtung von Entschädigungsansprüchen wegen nationalsozialistischer Verfolgung. In: *Psyche*, vol. 9, 1964b, pp. 546-562.
- _____. *Archaische Kräfte im Schmelztiegel Brasilien*. Bremen: Angelsachsenverlag, 1965.
- _____. Brief an den Leiter des Berliner Psychoanalytischen Instituts der DPV Dr. W. F. Becker, 1967.
- _____. Übertragung und Gegenübertragung als funktionale Einheit. In: SCHEUNERT, G. (ed.): *Jahrbuch. Psychoanalyse*, 35-68. Bern. Huber., 1969.
- _____. Vortrag. Berlin, 1973a.
- _____. Selbstdarstellung. In: PONGRATZ, L. (ed.): *Psychotherapie in Selbstdarstellungen*. Bern, Stuttgart: Wien. Huber, 1973b.
- KING, P. Sur les activités et l'influence des psychanalystes britanniques durant la Deuxième Guerre Mondiale. In: *Revue Internationale d'Histoire de la Psychanalyse*, vol. 1, pp. 133-165, 1988.
- KLAUSCH, H.-P. "Erziehungsmänner" und "Wehrunwürdige". In: HAASE, N., PAUL, G. (ed.). *Die anderen Soldaten. Wehrkraftzersetzung*,

- Gehorsamsverweigerung und Fahnenflucht im Zweiten Weltkrieg (66-82). Ffm. Fischer Tb., 1995.
- KÖHLER, A. Die Beziehung Schultz-Henckes zur Psychoanalyse und seine Bedeutung für die Entwicklung der Psychotherapie in Deutschland. In: RUDOLF, G., RÜGER, U. (ed.): *Die Psychoanalyse Schultz-Henckes* (15-23). Stuttgart/New York: Georg Thieme, 1988.
- KOHE-MEYER, I.(ed.). Über die Schwierigkeit, die eigene Geschichte zu schreiben. 50 Jahre Institut für Psychotherapie Berlin. Tübingen, 1998.
- KVAPIL, D. D.; HOIRISCH, A.; ZIMMER-MANN, D., et alii. *Dr. Luiz Guimarães Dahlheim*. Rio de Janeiro: Visor, 1996.
- LANGER, M. (ed.). *Questionamos 2*. Buenos Aires: Granica, 1973.
- LEÃO, I. C. Voltando ao passado: In: *Boletim Científico da SPRJ*, vol. XVII, nº 3, 1996.
- LOCKOT, R. Erinnern und Durcharbeiten. Ffm (Fischer Tb), 1985.
- _____. *Die Reinigung der Psychoanalyse. Die Deutsche Psychoanalytische Gesellschaft im Spiegel von Dokumenten und Zeitzeugen*. Tübingen: Discord, 1994.
- LOHMANN, H.-M.(ed.). Psychoanalyse und Nationalsozialismus. Beiträge zur Bearbeitung eines unbewältigten Traumas. Ffm.: Fischer Tb, 1984.
- _____; Rosenkötter, L. Psychoanalyse in Hitlerdeutschland. Wie war es wirklich? In: LOHMANN, H.-M. (ed.). *Psychoanalyse und Nationalsozialismus* (54-77). Ffm. Fischer, 1984.
- MATTOS, H. F. Mythes fondateurs de la psychanalyse au Brésil. Une étude à Rio de Janeiro. (Thèse de Doctorat en Psychopathologie et Psychanalyse. Paris VII). Paris, 1996.
- MITSCHERLICH, A; MITSCHERLICH, M. *Die Unfähigkeit zu trauern. Grundlagen kollektiven Verhaltens*. München: Piper, 1967.
- MÜLLER, T. Von Charlottenburg zum Central Park West. Henry Lowenfeld und die Psychoanalyse in Berlin, Prag und New York: Marburg (Déjà vu Ed.) (Sigmund Freud Buchhandlung), 2000.
- NITZSCHKE, B. Psychoanalyse als "un"-politische Wissenschaft. Über einige Konsequenzen der "Weltanschauungs" – Debatte vor 1933 für die Politik Psychoanalytischer Organisationen nach 1933. In: Texte (= Innsbrucker Arbeitskreis für Tiefenpsychologie), vol. 10, 1990, pp. 1-39.
- NOSEK, L. u. a. (Hg.). *Álbum de família. Imagens, fontes e idéias da psicanálise em São Paulo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- PLATEN-HALLERMUND, A. Berichte über den "International Congress on Mental Health", London. In: *Psyche*, vol. 2, 1948, pp. 473-480.
- POELCHAU, H. *Die Ordnung der Bedrängten*. Berlin: Käte Vogt Verlag, 1963.
- PONGRATZ, L., J.(ed.). *Psychotherapie in Selbstdarstellungen*. Bern, Stuttgart, Wien: Huber, 1973.
- RIEDESSER, P.; VERDERBER, A. *Aufrüstung der Seelen. Militärpsychiatrie und Militär-psychologie in Deutschland und Amerika*. Freiburg: Dreisam-Verlag, 1985.
- _____; _____. *Maschinengewehre hinter der Front. Zur Geschichte der*

- deutschen Militärpsychiatrie*. Ffm. (Fischer Tb.), 1996.
- RITTMEISTER, J. (1936)(1968). Die psychotherapeutische Aufgabe und der Neue Humanismus. In: *PsA-Info*, vol. n° 26, 1985, pp.17-36.
- _____. Aus den Tagebuchblättern des Dr. Rittmeister aufgezeichnet im Gefängnis in der Zeit vom 26.9.42 bis zum Tage seiner Hinrichtung am 13.5.43. In: *Zschr. für Psychoanalyse*, vol. 1, cad.1, pp. 60-66, 1949.
- RITTMEISTER-HILDEBRAND, E. Aus den Aufzeichnungen John Rittmeisters während seiner Haftzeit v. 26.9.42-13.5.43. In: *PsA-Info* n° 26, Vols.1-16, 1985.
- ROTH, K.-H. Die Modernisierung der Folter in den beiden Weltkriegen.... In: *1999 Zeitschrift für Sozialgeschichte des 20 und 21. Jahrhunderts*, vol. 2/3, 1987.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. (Hg.). *Dictionnaire de la psychanalyse*. Paris: Fayard, 1997.
- _____; _____. (Hg.)(1997). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SCHRÖTER, M. Manichäische Konstruktion. Kritik an zwei Studien über Wilhelm Reich und seine Konflikte mit der DPG/PV (1933-34). In: *Psyche*, vol. 2, 1998, pp. 176-196.
- SCHULTZ, J. H. Lebensbilderbuch eines Nervenarztes. Stuttgart, 1964.
- SCHULTZ-HENCKE, H. Arzt und Psychotherapie. In: *Das Deutsche Gesundheitswesen*, vol. 1, 1946, pp. 120-124.
- _____. La Psychotherapie et la Psychanalyse en Allemagne. In: *Les Temps Modernes*, vol. Aug./Sept. 1949.
- SCHULZ, M. Dr. John Rittmeister. Nervenarzt und Widerstands-kämpfer. Berlin: Diss. Humboldt Uni., 1981.
- SCHUNTER-KLEEMANN, S. Zwischen bürgerlicher und sowjetischer Ideologie. Psychologie in der DDR 1945-1960. In: *Psychologie Heute*, vol. 6, 1980, pp. 74-81.
- SÉRIO, N. M. F. Reconstruindo "farrapos". A trajetória histórica da SPRJ: instituição e poder. Rio de Janeiro (Diss. de Mestrado UFF), 1998.
- SPEER, E. Die Liebesfähigkeit. (Kontakt-psychologie). (J.F. Lehmann), 1935.
- STEINER, R.(1989). Es ist eine neue Art von Diaspora. In: *Psyche*, vol. 48, 1994, pp. 583-652.
- STERBA, R. F.(1982). *Erinnerungen eines Wiener Psychoanalytikers*. Ffm. (Fischer Tb.), 1985.
- TAUSK, V. Zur Psychologie des Deserteurs. In: *IZP*, vol. 4, 1916, pp. 193-204; 229-240.
- TELLER, C.(ed.). John Rittmeister. "Hier brennt doch die Welt". Aufzeichnungen aus dem Gefängnis 1942-1943 u.a. Schriften. Gütersloh: Jakob van Hoddis, 1992.
- THOM, A.; CAREGORODCEV, G. I. (ed.). *Medizin unterm Hakenkreuz*. Berlin, 1989.
- TREPPER, L. *Die Wahrheit*. München: Kindler, 1975.
- TUCHEL, J. Motive und Grundüberzeugungen des Widerstandes der Harnack/Schulez-Boysen-Organisation. Zum Denken und Handeln von Liane, Berkowitz. In: Schilde, K. (ed.): Eva Maria Bruch und die "Rote Kapelle" (85-99). Berlin: Overall, 1992.

- VIANNA, B. H. *Não conte a ninguém.... Contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- _____. *N'en parlez à personne.... Politique de la psychanalyse face à la dictature et la torture*. Paris: Harmattan, 1997a.
- _____. A questão Werner Kemper. In: *Destacamento do grupo pró-ética*, vol. 13, 1997b, pp. 22-24.
- _____. Psychoanalyse und Politik in Brasilien. In: *Psyche*, vol. 11, 1988, pp. 997-1015.
- VICTER, R. Na busca das correntes históricas da SPRJ. In: *Boletim Científico da SPR*, vol. 1, 1996, pp. 125-133.
- WUNDERLICH, G. *Die Öffnung der Psychoanalyse*. Stuttgart/New York, 1991.

Artigo recebido em agosto de 2000.

**Na papelaria
da Livraria Pulsional,
você sempre encontrará
promoções e bons preços.**

**Rua Dr. Homem de Mello, 351
05007-001 São Paulo, SP
Telefax: (11) 3672-8345 /
3675-1190 / 3865-8950
e-mail: pulsiona@uol.com.br**



escuta

Os 10 mais vendidos em agosto/2000

1º

***Educação para o futuro
Psicanálise e educação***
Maria Cristina Kupfer

2º

***Os destinos da angústia na
psicanálise freudiana***
Zeferino Rocha

3º

Nas encruzilhadas do ódio
Micheline Enriquez

4º

As árvores de conhecimentos
Pierre Levy e Michel Authier

5º

O problema da identificação em Freud
Paulo C. Ribeiro

6º

Catástrofe e representação
Arthur Nestrovski e Marcio Seligmann-
Silva (orgs.)

7º

Depressão
Pierre Férida

8º

A invenção do psicológico
Luís Claudio Figueiredo

9º

Ética e técnica em psicanálise
Luís Claudio Figueiredo e
Nelson Coelho Junior

10º

A criança e o infantil em psicanálise
Silvia A. Zornig